

Handwritten signature or initials in the top right corner.



Relatório de Gestão e Contas 2011





0 Índice

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. ATIVIDADE PORTUÁRIA	2
2.1. MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES	2
2.2. MOVIMENTO DE PASSAGEIROS	3
2.3. MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS	3
3. RECURSOS HUMANOS	9
3.1. CARATERIZAÇÃO	9
3.2. REGIME DE TRABALHO	11
3.3. ABSENTISMO	11
3.4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	11
3.5. HIGIENE, SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO	12
3.6. AÇÃO SOCIAL	13
3.7. RESPONSABILIDADE SOCIAL	13
3.8. RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DISCIPLINA	13
4. GOVERNO DA SOCIEDADE	15
4.1. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO	15
4.2. IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	16
4.3. FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS	18
4.4. ÁREAS DE TUTELA E SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	18
4.5. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DECISÕES MAIS RELEVANTES	29
4.6. EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE, POR PARTE DA APRAM, S.A.	34
4.7. ENTIDADES ENCARREGADAS DE AUDITORIA EXTERNA	35
4.8. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	36
5. PLANO DE INVESTIMENTOS	38
5.1. PORTO DO FUNCHAL	38
5.2. PORTO DO CANIÇAL	38
5.3. PORTO DO PORTO SANTO	38
5.4. CAIS DO PORTO MONIZ	38
5.5. OUTROS INVESTIMENTOS	39
6. CONCESSÕES / LICENÇAS	40
6.1. LICENÇAS COMUNS	40

0 Índice

6.2. FUNCHAL	40
6.3. GARE MARÍTIMA DA MADEIRA.....	43
6.4. CANIÇAL	44
6.5. PORTO SANTO	45
6.6. SOCORRIDOS	46
6.7. CÂMARA DE LOBOS	47
6.8. MACHICO.....	47
6.9. SANTA CRUZ.....	47
7. SEGURANÇA	48
8. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS	49
8.1. AÇÕES DE PROMOÇÃO	49
8.2. INFORMAÇÃO E PUBLICAÇÕES.....	50
9. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL	51
10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	53
10.1. RESULTADOS ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	53
10.2. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO.....	55
10.3. GASTOS DE EXPLORAÇÃO	56
10.4. ESTRUTURA DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO.....	58
10.5. FUNDOS LIBERTOS	58
10.6. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	59
10.7. FUNDO DE MANEIO	61
10.8. RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA.....	62
10.9. RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA	62
10.10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	63
10.11. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL.....	64
10.12. PERSPETIVAS FUTURAS.....	64
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS	66
11.1. BALANÇO ATIVO	67
11.2. BALANÇO PASSIVO	68
11.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	69
11.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	70
11.5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	71

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

0 Índice

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2011.....	73
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	73
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	74
4. CAPITAL SOCIAL	76
5. FLUXOS DE CAIXA	77
6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	78
7. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	78
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	79
9. INVENTÁRIOS	79
10. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	80
11. RÉDITO	82
12. PROVISÕES / CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA.....	83
13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS COMUNITÁRIOS.....	83
14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	85
15. ACIONISTAS/SÓCIOS	85
16. SECTOR PÚBLICO ESTATAL.....	86
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS.....	86
18. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS	88
19. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	89
20. OUTRAS INFORMAÇÕES	89

1 Introdução

1. INTRODUÇÃO

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. (APRAM, S.A.) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por missão administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira (RAM).

A APRAM, S.A. definiu a sua estratégia de sustentabilidade, centrada em cinco eixos estratégicos, motivadores do exercício de 2011:



Figura 1 – Eixos estratégicos da estratégia de sustentabilidade da APRAM, S.A.

A segurança marítima e patrimonial, a implementação de mecanismos que assegurem e otimizem a eficiência das operações portuárias e de programas de monitorização ambiental, a concretização de uma política setorial adequada às atuais necessidades da população e a aposta no crescimento do mercado de cruzeiros e em novas áreas de negócios ligadas ao mar, foram metas atingidas no ano de 2011, conforme se pode constatar pelos indicadores constantes do presente relatório de gestão.

O exercício de 2011 ficou marcado pela eleição, a partir de 21 de novembro, de novo Conselho de Administração, que deu continuidade às atividades em curso.

2 Atividade Portuária

2. ATIVIDADE PORTUÁRIA

2.1. Movimento de embarcações

Em 2011 registou-se um decréscimo de 2% no movimento total de embarcações que escalaram os Portos da Região Autónoma da Madeira.

Quadro 1 - Registo Total de Escalas

2011	2010	Variação	
		Escalas	%
1.591	1.616	-25	-2

Fonte: APRAM, S.A.

Nota: Não inclui o movimento de embarcações areeiras (Porto Novo, Funchal e Anjos) e iates

O Porto do Funchal continua a ser o principal porto de escala de navios, representando 51% do movimento, seguindo-se o Porto do Porto Santo com 26%.

Quadro 2 – Movimento de Escalas, por porto

PORTO	2011		2010		Variação	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Funchal	812	51	788	49	24	3
Porto Santo	416	26	384	24	32	8
Canical	334	21	410	25	-76	-19
Socorridos	29	2	34	2	-5	-15
Total	1.591	100	1.616	100	-25	-2

Fonte: APRAM, S.A.

Nota: Não inclui o movimento de embarcações areeiras (Porto Novo, Funchal e Anjos) e iates

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se um decréscimo do número de escalas, nos portos do Canical e Socorridos. Já os portos do Funchal e Porto Santo registaram um acréscimo do número de escalas, motivado pelo acréscimo do número de navios de cruzeiro, que demandaram aqueles portos.



2 Atividade Portuária

2.2. Movimento de Passageiros

O movimento global de passageiros nos Portos da RAM registou uma variação positiva de 1%, comparativamente ao ano de 2010.

Quadro 3 - Distribuição do Movimento de Passageiros, por porto

PORTO	2011		2010		Variação	
	Passageiros	%	Passageiros	%	Passageiros	%
Funchal	864.265	75	840.496	73	23.769	3
Porto Santo	294.158	25	311.245	27	-17.087	-5
Total	1.158.423	100	1.151.741	100	6.682	1

Fonte: APRAM, S.A.

O movimento de passageiros interilhas registou um decréscimo de 6%.

O tráfego de passageiros com o continente português e ilhas Canárias registou um decréscimo de 11%, comparativamente ao ano transato.

O movimento de passageiros provenientes dos navios de cruzeiro cresceu 10%.

Quadro 4 – Distribuição do Movimento de Passageiros, por segmento

SEGMENTO	2011		2010		Variação	
	Passageiros	%	Passageiros	%	Passageiros	%
Cruzeiro	542.789	47	492.500	43	50.289	10
Tráfego Regional	583.098	50	622.490	54	-39.392	-6
Outros	32.536	3	36.751	3	-4.215	-11
Total	1.158.423	100	1.151.741	100	6.682	1

Fonte: APRAM, S.A.

2.3. Movimentação de Mercadorias

O movimento global de carga nos Portos da RAM apresentou uma variação negativa de 9%, comparativamente a 2010.

2 Atividade Portuária

M
 J
 S
 M

Quadro 5 – Movimento Geral da Carga, por porto

PORTO	2011		2010		Variação	
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
Funchal	68.254	5	58.202	4	10.052	17
Porto Santo	25.724	2	29.975	2	-4.251	-14
Canical	1.011.070	77	1.114.553	77	-103.483	-9
Socorridos	204.189	16	241.164	17	-36.975	-15
Total	1.309.237	100	1.443.894	100	-134.657	-9

Fonte: APRAM, S.A.

Nota: Não inclui o movimento de embarcações areeiras (Porto Novo, Funchal e Anjos)

O porto do Funchal registou um acréscimo no movimento de mercadorias de 17%, maioritariamente explicado pelo transporte de mercadorias de e para o continente português, através da Naviera ARMAS, que contrariou a tendência do movimento interilhas (negativa).

A variação positiva registada no terminal dos Socorridos (combustíveis) atingiu os 4%.

O porto do Porto Santo manteve a tendência negativa dos anos anteriores, sendo que este ano a descida foi de 14%.

O Porto do Canical continua com o decréscimo iniciado em anos anteriores, apresentando uma variação negativa de -9%, relativamente ao ano anterior.

Quadro 6 – Movimento Geral de Inertes na RAM

PORTO	2011	2010	Variação	
	Toneladas	Toneladas	Toneladas	%
Porto Novo e Anjos	420.367	537.902	-117.535	-22

Fonte: APRAM, S.A.

2 Atividade Portuária

A descarga de inertes nos pequenos portos da Região Autónoma da Madeira, em 2011, registou um decréscimo de 22%.

Quadro 7 – Movimento de Mercadorias nos portos comerciais

TIPO DE CARGA	2011		2010		Variação	
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
Carga fracionada	107.269	8	83.134	6	24.135	29
Carga Contentorizada	588.898	45	607.785	42	-18.887	-3
Graneis Sólidos	238.789	18	349.458	24	-110.669	-32
Graneis Líquidos	374.281	29	403.517	28	-29.236	-7
Total	1.309.237	100	1.443.894	100	-134.657	-9

Fonte: APRAM, S.A.

Em 2011 a movimentação, por tipo de carga, registou uma variação negativa de 9%, comparativamente a 2010.

Em termos gerais, a carga contentorizada decresceu 3%, sendo o porto do Porto Santo o mais afetado, com um decréscimo de 10%.

Quadro 8 – Movimento da Carga Contentorizada, por porto

PORTO	2011		2010		Variação	
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
Funchal	2.291	0	2.381	0	-90	-4
Porto Santo	8.893	2	9.866	2	-973	-10
Canical	577.714	98	595.538	98	-17.824	-3
Total	588.898	100	607.785	100	-18.887	-3

Fonte: APRAM, S.A.

Relativamente ao movimento de contentores, houve uma diminuição global de 2%.

2 Atividade Portuária

Quadro 9 – Movimento Geral de Contentores

CONTENTORES	2011		2010		Variação	
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%
Cheios	35.917	57	37.483	59	-1.566	-4
Vazios	26.780	43	26.408	41	372	1
Total	62.697	100	63.891	100	-1.194	-2

Fonte: APRAM, S.A.

Quanto ao tipo de contentor, de 2010 para 2011, houve um crescimento de 2% nos contentores de 20', sendo que na movimentação dos contentores de 40' houve um decréscimo de 5 pontos percentuais.

Em termos globais, os teu's movimentados registaram uma diminuição de 3%, comparativamente ao ano anterior.

Quadro 10 - Movimento de Contentores, por tipo

TIPO DE CONTENTOR	2011		2010		Variação	
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%
De 20 pés	27.950	45	27.403	43	547	2
De 40 Pés	34.747	55	36.488	57	-1.741	-5
Total	62.697	100	63.891	100	-1.194	-2
Total (Unidade teu)	97.444	100	100.379	100	-2.935	-3

Fonte: APRAM, S.A.

Nota: Contentor de 20''=1 teu; 40''=2 teu

O Porto do Funchal registou, de 2010 para 2011, um acréscimo de 4% de aumento no número de contentores movimentados.

O porto do Porto Santo, neste período, registou um declínio de 12%, enquanto que a variação no porto do Caniçal foi de -2%.

2 Atividade Portuária

Quadro 11 - Movimento de Contentores, por porto

PORTO	2011		2010		Variação	
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%
Funchal	511	1	493	1	18	4
Porto Santo	1.154	2	1.315	2	-161	-12
Canical	61.032	97	62.083	97	-1.051	-2
Total	62.697	100	63.891	100	-1.194	-10

Fonte: APRAM, S.A.

A maior parte do movimento de contentores nos portos do Funchal e do Porto Santo dizem respeito a contentores de mercadoria interilhas, e no âmbito da concessão da linha de transportes marítimos entre a Madeira e o Porto Santo.

Quanto à carga geral fracionada, em 2011, o Porto do Canical registou um relevante aumento, situando-se nos 53%, seguido pelo Porto do Funchal que registou um aumento de 18%, aumento este relacionado com a linha regular (semanal) de passageiros e, cumulativamente de carga *roll-on/roll-off*, entre as Canárias, a Madeira e o Continente Português. Já o Porto do Porto Santo registou um decréscimo de 11%.

Quadro 12 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM

PORTO	2011		2010		Variação	
	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%
Funchal	65.963	61	55.821	67	10.142	18
Porto Santo	528	0	596	1	-68	-11
Canical	40.778	38	26.717	32	14.061	53
Total	107.269	100	83.134	100	24.135	29

Fonte: APRAM, S.A.

No ano em análise, a entrada de graneis registou uma variação negativa de -26%.

2 Atividade Portuária

Quadro 13 – Granéis Sólidos, por portos da RAM

PORTO	2011		2010		Variação	
	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%
Terminais de inertes	420.367	64%	537.902	61%	-117.535	-22%
Socorridos	110.539	17%	126.635	14%	-16.096	-13%
Canical	123.262	19%	213.009	24%	-89.747	-42%
Porto Santo	4.988	1%	9.814	1%	-4.826	-49%
Total	659.156	100%	887.360	100%	-228.204	-26%

Fonte: APRAM, S.A.

A descarga de granéis líquidos registou uma variação negativa de -7% em 2011, quando comparado com o ano anterior, com decréscimo em todos os portos, com exceção do Porto do Porto Santo, que registou um aumento de 17%.

Quadro 14 - Granéis Líquidos, por portos da RAM

PORTO	2011		2010		Variação	
	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%
Porto Santo	11.315	3	9.699	2	1.616	17
Canical	269.316	72	279.289	69	-9.973	-4
Socorridos	93.650	25	114.529	28	-20.879	-18
Total	374.281	100	403.517	100	-29.236	-7

Fonte: APRAM, S.A.

M
 [Handwritten signature]

3 Recursos Humanos

3. RECURSOS HUMANOS

3.1. Caraterização

O efetivo total da APRAM, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, era de 170 colaboradores, com a seguinte distribuição por vínculos conforme se apresenta no quadro abaixo.

Quadro 15 - Distribuição dos efetivos, por vínculos

Vínculo	Número de colaboradores
Pessoal do quadro ¹	159
Contratado a trabalho a termo certo	1
Eleição – Membros do Conselho de Administração	2
Comissão de serviço – Titulares de cargos de direção e chefia ²	11
Destacamento da P.S.P. no Porto do Funchal e pessoal requisitado	6

Fonte: APRAM, S.A.

A evolução do efetivo foi a indicada no quadro seguinte, onde se constata uma ligeira descida no pessoal do quadro, relativamente ao ano anterior.

Quadro 16 - Evolução do Quadro de Pessoal

TRABALHADORES	2011	2010	Variação	
			Quantidade	%
Efetivos	159	165	-6	-4
Ativos	170	177	-7	-4

Fonte: APRAM, S.A.

¹ 140 trabalhadores transitaram da APRAM e 19 são contratados em regime de contrato individual de trabalho.

² Os titulares de cargos de direção e chefia, com exceção do Diretor de Gestão de Recursos, Ambiente e Segurança, são trabalhadores efetivos do quadro de pessoal da APRAM, S.A, e como tal, também contabilizados no *pessoal do quadro*.

3 Recursos Humanos

De realçar o decréscimo global de 23% do quadro de pessoal (-37 trabalhadores) registado na última década, considerando as estruturas orgânicas que antecederam a APRAM, S.A. – Direção Regional dos Portos e o Instituto Público da Administração dos Portos da Madeira.

Dos trabalhadores do quadro de pessoal, a 31 de Dezembro de 2011, quatro encontravam-se a desempenhar funções noutros serviços.

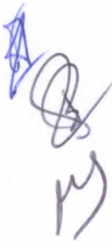
Quanto à distribuição e evolução do efetivo por níveis de qualificação, a mesma vem resumida no quadro seguinte.

Quadro 17 - Distribuição dos Efetivos, por Níveis de Qualificação

Níveis de Qualificação	2011	2010	Variação	
			Quantidade	%
Grupo Profissional 1	24	25	-1	-4
Grupo Profissional 2	1	2	-1	-50
Grupo Profissional 3	3	3	0	0
Grupo Profissional 4	19	20	-1	-5
Grupo Profissional 5-A	76	77	-1	-1
Grupo Profissional 5-B	14	15	-1	-7
Grupo Profissional 6	22	24	-2	-8
Pessoal técnico de Pilotagem	5	5	0	0
Destacamento PSP	6	6	0	0
TOTAL	170	177	-7	-4

Fonte: APRAM, S.A.

No ano de 2011, verificaram-se 7 saídas definitivas, motivadas por aposentação (3), falecimento (1) e rescisão de contrato por iniciativa do trabalhador (3).

AM


3 Recursos Humanos

3.2. Regime de Trabalho

A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar os recursos humanos à atividade portuária de modo a manter operacionais e em segurança todas as infraestruturas portuárias sob responsabilidade da APRAM, 24 horas por dia, os sete dias da semana.

No regime de isenção de horário de trabalho, para as tripulações e pilotos está incluída a modalidade de compensação por trabalho aos sábados, domingos e feriados.

Quadro 18 - Modalidades de Horários de Trabalho

Regime de Horário	2011	2010	Variação	
			Quantidade	%
Horário Normal Fixo	51	55	-4	-7
Trabalhador Estudante	1	2	-1	-50
Horário de Turno	35	34	1	3
IHT (Inclui tripulações com TSDF)	83	86	-3	-3

Fonte: APRAM, S.A.

3.3. Absentismo

Face à redução do quadro de pessoal, qualquer situação de ausência prolongada por doença provoca significativas alterações na taxa de absentismo, nomeadamente por doença, que em 2011 apresentou um valor de 4,4%.

Para este valor, contribuíram significativamente 4 trabalhadores que se encontram na situação de junta médica por doença prolongada que, no decurso de 2011, não prestaram qualquer dia de serviço e que aguardam as condições necessárias para a sua aposentação através de junta médica da Caixa Geral de Aposentações.

3.4. Formação Profissional

No ano 2011, foram realizadas 17 ações de formação – 6 internas e 11 externas, com um total de 52 participantes e 456 horas de formação.

3 Recursos Humanos

O investimento feito em formação profissional caracterizou-se por uma média de formação/trabalhador de 9 horas, e uma taxa de participação de 31% do efetivo.

Quadro 19 - Formação Profissional

Descrição	2011	2010	Variação	
			Quantidade	%
Ações	17	26	-9	-35
Participantes	52	80	-28	-35

Fonte: APRAM, S.A.

Este ano pautou-se por uma diminuição no número de participantes em ações de formação, situação que tem que ser observada numa ótica plurianual, face ao enorme investimento realizado nos anos anteriores, designadamente na formação ministrada a efetivos da empresa para habilitação e certificação profissional nas carreiras marítimas.

De referir, ainda que 4 trabalhadores, com o apoio da APRAM, S.A. terminaram o reconhecimento de competências profissionais através do programa Novas Oportunidades, com equivalência ao 9.º ano.

3.5. Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho

No ano em análise, deu-se continuação à política de cumprimento dos imperativos legais em matéria de segurança, prevenção e medicina no trabalho.

Após a aprovação do regulamento para o controlo do consumo excessivo do álcool no local de trabalho, pela Direção Regional do Trabalho, têm sido efetuados testes de controlo da alcoolemia, tendo sido submetidos a controlo 128 trabalhadores, tendo sido detetados dois testes positivos.

Foram ainda realizados 76 exames médicos no âmbito da medicina no trabalho, complementados por 86 exames auxiliares de diagnóstico (visioteste, ECG...).

Verificou-se um aumento, quer do número de acidentes em serviço, quer do número de dias perdidos comparativamente ao ano anterior, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

3 Recursos Humanos

Quadro 20 - Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos

Descrição	2011	2010	Variação	
			Quantidade	%
Número total de acidentes	14	6	8	133
Número de dias perdidos	1394	724	670	93

Fonte: APRAM, S.A.

Refira-se que em 3 acidentes de trabalho não foi atribuída qualquer incapacidade e que em 6 situações resultou uma ausência superior a 60 dias (1 111 dias).

O quadro de pessoal da empresa integra 6 trabalhadores portadores de deficiência.

A nível de doenças profissionais não existe nenhum caso a assinalar.

3.6. Ação Social

Neste domínio, manteve-se um regime privativo de ação social, através da OSMOP, o qual abrange 160 trabalhadores.

3.7. Responsabilidade Social

A APRAM, S.A. possibilitou a realização de 2 estágios profissionais, cofinanciada pelo Instituto Regional de Emprego de um técnico de informática e de um consultor jurídico.

Foram, ainda, realizados estágios curriculares nesta empresa, de dois alunos do curso superior de pilotagem, de 5 alunos do curso de mestre de tráfego local ministrado pelo IPTL – Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, de um aluno do curso de contra mestre do ITN – Instituto de Tecnologias Náuticas e de 2 alunos dos cursos técnico profissionais da Escola Secundária Francisco Franco.

3.8. Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina

A participação dos trabalhadores da APRAM, S.A. em matérias laborais tem sido efetuada através dos Sindicatos representativos do sector e, por parte da Administração, através da sua participação na Associação de Portos Portugueses (APP), tendo-se realizado várias reuniões entre as diversas administrações portuárias e entre estas e os sindicatos, no decurso de 2011.

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

3 Recursos Humanos

Do efetivo, 81 trabalhadores são sindicalizados, o que representa uma taxa de sindicalização de 47% e, destes, 73% são filiados no SNTJAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Juntas e Administrações Portuárias.

Quadro 21 – Sindicalização

SINDICATO	2011	2010	VARIAÇÃO	
			Quantidade	%
SNTAJP	59	64	-5	-8
SINTAP	19	23	-4	-17
Outros (SFP, IPA e ASP)	3	3	0	0
n.º de trabalhadores sindicalizados	81	87	-6	-7

Fonte: APRAM, S.A.

No âmbito das regalias concedidas aos Delegados Sindicais, o dirigente sindical do SINTAP, dirigente regional deste Sindicato, está dispensado às sextas-feiras, de acordo com a Lei Sindical.

4 Governo da Sociedade

4. GOVERNO DA SOCIEDADE

Neste capítulo, dá-se cumprimento ao dever de informação, previsto no artigo 14.º do regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa.

4.1. Orientações de Gestão

No decurso de 2011 procurou-se desenvolver a estratégia da organização de acordo com as opções estratégicas definidas para o sector, nomeadamente no PDES - Plano de Desenvolvimento Económico Social 2007-2013, no Programa de Governo 2007-2011 e no Plano de Atividades da APRAM, S.A. para o ano de 2011, aprovado em Assembleia Geral. Foram definidos objetivos estratégicos a desenvolver com base nas seguintes premissas:

- Função de acionista e de tutela sectorial exercida pelo Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes;
- Gestão articulada com a tutela, em termos de planeamento e de financiamento partilhado do investimento;
- Sustentabilidade da atividade com crescente ênfase na segurança marítimo-portuária e na qualidade;
- Eficiência económica na atividade e política de investimentos reprodutivos, orientados para o mercado.

Deste modo, as orientações de gestão para o sistema portuário regional são marcadas por um posicionamento estratégico orientado para a concretização dos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Reforçar a competitividade dos Portos da Madeira, relevando a sua centralidade atlântica, em especial no segmento do mercado de cruzeiros;
- Participar ativamente na promoção do desenvolvimento sustentado da região;

4 Governo da Sociedade

- Assegurar as melhores práticas de atuação, que reforcem a segurança e promovam a proteção da propriedade e do ambiente;
- Promover o equilíbrio económico-financeiro da Administração dos Portos;
- Desenvolver uma gestão valorativa do capital humano.

Por sua vez, no âmbito dos trabalhos de elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade da empresa, relativos aos anos 2008 e 2009, e após diagnóstico efetuado à atividade sectorial, que entre outros, contemplou a auscultação dos principais intervenientes na atividade portuária, foram identificadas as questões de materialidade elevada, levantadas por *stakeholders* e com maior relevância para a APRAM, S.A., tendo-se concluído que os temas mais pertinentes são os seguintes:

- Contribuição da APRAM, S.A. no desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento da APRAM, S.A. como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os stakeholders;
- Segurança portuária.

4.2. Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais eleitos pela Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 2010 para o triénio 2011-2013, tinham a seguinte composição:

- Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr.^a Maria Jovita Oliveira de Freitas;

Vogal: Dr. Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves;

Secretário da Mesa: Dr. Paulo Duarte Rodrigues de Jesus.

- Conselho de Administração:

Composto por três administradores executivos, sendo um presidente e dois vogais:

4 Governo da Sociedade

Presidente: Dr. Bruno Guilherme Pimenta de Freitas;

Vogais: Dr.^a Maria João de França Monte e Dr.^a Alexandra Cristina Ferreira Mendonça.

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

- Fiscal Único:

O. Lima, N. Silva, F. Colaço, A. Coelho e L. Rosa, Ld.^a SROC, representado por Luís Manuel da Silva Rosa.

Em Assembleia Geral, ocorrida em 1 de setembro de 2011, foi alterada a composição da Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Fernando Vieira Pereira;

Vogal: Dr. Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves;

Secretário da Mesa: Dr. Paulo Duarte Rodrigues de Jesus.

Em Assembleia Geral, ocorrida em 21 de Novembro de 2011, e devido à renúncia do presidente e de uma vogal do Conselho de Administração por posse de cargos incompatíveis, foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2011-2013, sendo a sua composição a seguinte:

- Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Fernando Vieira Pereira;

Vogal: Dr. Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves;

Secretário da Mesa: Dr. Paulo Duarte Rodrigues de Jesus.

- Conselho de Administração:

Composto por três administradores, sendo o presidente e um vogal executivos e um vogal não executivo.

Presidente: Dr.^a Alexandra Cristina Ferreira Mendonça;

Vogal executivo Dr. Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus e vogal não executiva Dr.^a Maria da Paz Clode Figueira da Silva Freitas.

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

4 Governo da Sociedade

- Fiscal Único:

O. Lima, N. Silva, F. Colaço, A. Coelho e L. Rosa, Ld.^a SROC, representado por Luís Manuel da Silva Rosa.

4.3. Funções exercidas noutras empresas

A Presidente do Conselho de Administração desempenha funções, não remuneradas, de vogal da direção da Associação de Promoção da Madeira.

4.4. Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração

As áreas de tutela do Conselho de Administração cessante, e de acordo com o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração, eram as seguintes:

- Presidente do Conselho de Administração, Dr. Bruno Guilherme Pimenta de Freitas – Área financeira e estatística; segurança e combate à poluição; promoção, comunicação e relações públicas;
- Vogal do Conselho de Administração, Dr.^a Maria João de França Monte – Área administrativa e de recursos humanos; tecnologias e sistemas de informação; planeamento e investimentos;
- Vogal do Conselho de Administração, Dr.^a Alexandra Cristina Ferreira Mendonça – Área de gestão de recursos; ambiente; operações marítimas e portuárias e área jurídica.

O Presidente do Conselho de Administração era substituído, nas suas faltas e impedimentos pela Vogal do Conselho de Administração, Dr.^a Maria João de França Monte. Nas suas faltas e impedimentos, as Vogais substituíam-se mutuamente.

O atual Conselho de Administração não tem áreas de tutela definidas.

- A Presidente do Conselho de Administração será substituída, nas suas faltas e impedimentos pelo vogal Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus;

4 Governo da Sociedade

- São competências específicas da Presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades deste órgão e, em especial:
 - Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;
 - Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.
- Sempre que circunstâncias excecionais e urgentes o exijam e, não sendo possível reunir o Conselho, a presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática;
- O Conselho de Administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros alguma ou algumas das suas competências, definindo em ata os limites e condições de tal delegação, conforme o disposto no artigo 11.º dos Estatutos da APRAM, S.A. sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais;

O Conselho de Administração vincula-se:

- Pela assinatura de dois membros do conselho de administração;
- Pela assinatura de um administrador quando haja delegação expressa do conselho para a prática de um determinado ato;
- Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato;
- Em assuntos de mero expediente, basta a assinatura de um membro do conselho de administração.

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares dos administradores supra identificados.

4 Governo da Sociedade

Presidente do Conselho de Administração até 13 de novembro de 2011:

Dr. Bruno Guilherme Pimenta de Freitas

Formação Académica:

- Pós Graduação – Executive MBA em “Gestão Financeira e Contabilístico-Fiscal”, pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa, concluído em 2005;
- Licenciatura - Curso de Estudos Superiores Especializados (C.E.S.E.) em Controlo de Gestão, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, tendo concluído a parte letiva em 1995 e apresentado o trabalho final em julho de 1997;
- Bacharelato em Contabilidade e Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, concluído em 1993.

Experiência Profissional:

Entidades Bancárias

- Bancário entre julho de 1995 e julho de 1998 na “Caixa Geral de Depósitos, Sucursal Financeira Exterior Offshore Branch”;
- Bancário entre junho de 1998 e dezembro de 1998 no “Banco Santander”.

Empresas Privadas:

- Gestor Financeiro entre janeiro e agosto de 1999 nas empresas “Medicam, Representação de Produtos Farmacêuticos Lda.”, “Funchalfar - Comércio de Produtos Farmacêuticos, Lda.” e “Unilhas – Transportes, Lda.”;
- Diretor de Serviços entre setembro de 1999 e agosto de 2000, na empresa “Previsão Empresa de Serviços de Contabilidade e Formação Profissional, Lda.”;

4 Governo da Sociedade

- Diretor Administrativo e Financeiro entre setembro 2000 e abril 2001, na empresa "HIGIPER – Comércio e Distribuição, Lda.", empresa especializada na comercialização de produtos alimentares e higiene para a grande distribuição;
- Contabilista Sénior na empresa de auditoria "KPMG" no período de maio 2001 e julho de 2003.

Instituições Públicas

- De 17 de julho de 2003 e 31 de dezembro de 2005, Chefe de Divisão dos Serviços Financeiros no "Serviço Regional de Saúde, EPE";
- De 1 de janeiro de 2006 a 30 de Junho de 2007, Diretor dos Serviços Financeiros no "Serviço Regional de Saúde, EPE";
- De 1 de julho de 2007 a 14 de agosto de 2008, Conselheiro Técnico de Sua Excelência a Senhora Secretária Regional do Turismo e Transportes;
- De 15 de agosto de 2008 até 13 de novembro de 2011, Presidente do Conselho de Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A..

Outras Experiências Profissionais:

- 1993 – Profiforma – Profissionais da Formação - Formador das disciplinas Contabilidade Geral e Organização e Gestão de Empresas;
- 1996-1998 - Contábil - Empresa de Formação Profissional – Formador das disciplinas Contabilidade Geral, Fiscalidade e Gestão e Organização de Empresas;
- 1996-2004 - Consultor em Gestão e Projetos de Investimento de diversas empresas do sector comercial e construção civil.

4 Governo da Sociedade

Vogal do Conselho de Administração até dia 7 de novembro de 2011

Dr.^a Maria João de França Monte

Formação Académica:

- Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa - julho de 1991;
- Frequência da Componente Curricular do Mestrado em Economia Internacional, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa – setembro de 1999.

Atividade Profissional:

- 1992 - Governo Regional da R.A.M., Vice-Presidência e Coordenação Económica, D.R. Planeamento - Contratada a Termo Certo;
- 1993 - Governo Regional da R.A.M., Secretaria Regional das Finanças, D.R. Planeamento - Estagiária da Carreira Técnico-Superior;
- 1994-1995 - Governo Regional da R.A.M., Secretaria Regional de Finanças, D.R. Planeamento - Técnica Superior de 2^a classe;
- 1995-1997 - Governo Regional da R.A.M., Secretaria Regional das Finanças, D. R. Planeamento Chefe de Divisão de Estudos;
- 1997-1998 - Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Plano e da Coordenação, Direção Regional do Planeamento - Chefe de Divisão do Programa Operacional Plurifundos para a R.A.M.; Coordenadora-Executiva do RIME (Regime de Incentivos às Microempresas) para a R.A.M.;
- 1999-2001 - Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Plano e da Coordenação, Direção Regional do Planeamento - Chefe de Divisão do Programa Operacional Plurifundos para a R.A.M.;
- 2001-2002 - Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Plano e Finanças – Adjunta do Gabinete do Secretário Regional;

4 Governo da Sociedade

- 2002-2004 - Empresa Intermunicipal da Região Autónoma da Madeira, EIM – Diretora Executiva; Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira (AMRAM) – Coordenação interna de atividades;
- 2004 - Confederação dos Municípios Ultraperiféricos (CMU) - Secretária-Geral;
- 2005-2008 - Serviço Regional de Saúde, EPE – Vogal do Conselho de Administração, com os pelouros do Planeamento, Formação, Investigação, articulação interserviços, acompanhamento da implementação dos projetos com cofinanciamento comunitário e coordenação operacional do Programa de Melhoria Contínua da Qualidade;
- 2008-2011 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., responsável pelas Áreas Financeira, Administrativa e de Recursos Humanos, Tecnologias, Sistemas de Informação e Estatística, Planeamento, Qualidade e Ambiente, até Abril 2010; pelas Áreas Administrativa e de Recursos Humanos, Tecnologias e Sistemas de Informação, Planeamento e Investimentos, até Novembro de 2011.

Outras Experiências Profissionais:

- 1991-1994 - Instituto Superior de Administração e Línguas da Madeira (ISAL) - Docente e responsável pela cadeira Introdução à Economia (1991-93); Docente e responsável pela cadeira Economia do Turismo (1992-94);
- 1996-1997 - Sociedade de Grutas de São Vicente - Madeira, S.A. - Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- 1996-1997 - Câmara Municipal de São Vicente - Vereadora em regime parcial.

Principais Atividades de Consultoria:

- 2000 e 2003 - ADRAMA – Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira - Consultoria técnica para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local daquela entidade, para efeitos de candidatura a cofinanciamento comunitário (Iniciativa LEADER);

4 Governo da Sociedade

- 2004 - ACAPORAMA - Consultoria técnica na área do planeamento e economia regional, no âmbito de projeto integrado no INTERREG IIIB;
- 2004 - Centro de Empresas e inovação da Madeira, Lda. - Consultoria técnica na área do planeamento e economia regional, no âmbito do projeto IN-TRACK;
- 2004 - Madeira Tecnopolo, S.A. - Consultoria técnica no âmbito do Programa Regional de Ações Inovadoras - PRAI Madeira, para apoio à elaboração de Projetos Inovadores e acompanhamento do correspondente Processo de Candidatura a Programas/Iniciativas a financiamento para a respetiva implementação.

Vogal e Presidente do Conselho de Administração

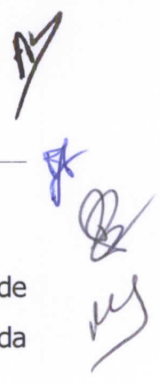
Dr.^a Alexandra Cristina Ferreira Mendonça

Formação Académica:

- Curso de pós graduação em Direito Fiscal e Introdução à Contabilidade pela ECLA - Lisboa, obtido em 1990;
- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, obtida em 1989-01-13.
- "Diploma Superior de Estudos Franceses Modernos" da Alliance Française, obtido em 1983-06-30.

Atividade Profissional:

- 1991 - Ingresso no quadro de pessoal da Direcção Regional do Turismo (DRT);
- 1999-2005 - Comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Atividades Turísticas da Direcção Regional do Turismo;
- 2005-2008 - Comissão de serviço no cargo de Diretora de Serviços de Empreendimentos e Atividades Turísticas;



4 Governo da Sociedade

- Desde 15 de agosto de 2008 a 20 de novembro de 2011 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Desde 21 de novembro de 2011 – Presidente do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

Outras experiências profissionais:

- Estágio de advocacia na Ordem dos Advogados pelo Conselho Distrital de Lisboa (1990-1991);
- Exercício de funções docentes da disciplina de introdução à atividade económica no liceu Jaime Moniz (1992-1993);
- Exercício de funções docentes da cadeira de direito do mar (1994);
- Exercício de funções docentes da cadeira de legislação turística internacional no curso de Correios de Turismo, realizado pelo ISAL (1997-1999);
- Exercício de funções docentes da cadeira de legislação turística na Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (2000-2002).

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura no grupo de trabalho e coordenação para a instalação da nova Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira;
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão mista de coordenação do Plano de Ordenamento Turístico da RAM (POT);
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão de acompanhamento da Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo;

4 Governo da Sociedade

- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão técnica de acompanhamento da elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC);
- Praticum de L'OMT - Participação no programa organizado pela Organização Mundial do Turismo, realizada em Madrid em setembro de 2004, curso internacional de política e estratégia;
- Participação em conferências no âmbito da atividade portuária, nomeadamente na conferência internacional "Decision Makers Nacionais e Internacionais da Indústria Marítima e Portuária", que se realizou em Angola.

Vogal do Conselho de Administração

Dr. Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus

Formação Académica:

- Curso de pós graduação em Gest@o.com do INDEG, Bussiness School do ISCTE - concluído em 2004;
- Curso de Fiscalidade Empresarial da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa - concluído em 1997;
- Curso de pós graduação em Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, variante de economia - concluído em 1993;
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - concluída em 1992.

Atividade Profissional:

- Nomeado Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Portos da Madeira, SA, desde 21/11/2011;
- Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor de Serviços de Suporte e Divulgação da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 01/03/2011.

4 Governo da Sociedade

- Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor do Gabinete de Inovação Tecnológica na Administração Pública da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 10/07/2001;
- Nomeado no cargo de Chefe da Divisão de Modernização Administrativa da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 29/03/1999;
- Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional de Administração Pública e Local, a 13/06/1994, na categoria de consultor jurídico (atualmente mantém o vínculo à mesma Direção Regional, na categoria de técnico superior, posição remuneratória 9, nível 42).

Outras Experiências Profissionais:

- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no Painel de Especialistas no âmbito do Barómetro Regional da Qualidade, em Novembro de 2006.
- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no grupo de trabalho que procedeu à recolha de medidas legislativas e regulamentares a tomar com vista à desburocratização de procedimentos (Operação Arrasar), pelo Despacho n.º 210/2005, de 14/12.
- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no grupo de trabalho que procedeu à compilação dos modelos de requerimentos e formulários utilizados no Governo Regional, pelo Despacho Conjunto n.º 10/2001, de 10/5.
- Nomeado como vogal da comissão instaladora da Loja do Cidadão da Madeira, pela Resolução n.º 1422/99, de 24/9.

Vogal do Conselho de Administração – membro não executivo

Dr.^a Maria da Paz Clode Figueira da Silva Freitas

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a stylized 'M' and several illegible signatures.

4 Governo da Sociedade

Formação Académica:

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pela Universidade Moderna de Lisboa.

Atividade Profissional:

- Chefe de Divisão de Gestão Financeira do Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM: de 2002-08-01 a 2008-01-31;
- Chefe de Divisão de Investimentos e Análise de Custos da Educação, do Gabinete de Gestão Financeira do Gabinete do Secretário Regional de Educação e Cultura: desde 2008-02-01;
- Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, da Direção de Serviços de Apoio à Gestão do Gabinete da Secretária Regional da Cultura, Turismo e Transportes: desde 2011-04-01.

Formação complementar relevante:

- Curso "FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública" - INA, de 09-10-2006 a 26-02-2007, 120 horas;
- Curso Excel XP Avançado – DTIM, de 25-09 a 03-10-2006, 21 horas;
- Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, de 21 a 22-09-2006, 12 horas;
- A Fiscalidade Sucessiva do Tribunal de Contas – IAEC, de 17 e 18-10-2005, 14 horas;
- Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública – DRAPL, de 21 a 22-04-2005, 14 horas;
- POCP – Sistema Integrado de Gestão – DRAPL, de 20 a 22-09-2004, 21 horas;
- Gestão Orçamental, Indicadores de Gestão, Apresentação de Contas – XGT, de 09 a 25-09-2003, 24 horas;
- Novo Classificador de Receitas e Despesas Públicas – DRAPL, de 26 a 28-02-2003, 18 horas;

4 Governo da Sociedade

- Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública – DRAPL, de 13 a 14-06-2002, 14 horas;
- Curso Excel Nível 2 – CEGOC, de 08 a 10-04-2002;
- O Orçamento como Instrumento de Gestão nos Serviços Público – Programa de formação em Gestão Pública - INA, de 26 a 30-03-2002, 30 horas;
- Aplicação Gestor – módulo POCP-XGT, de 13 a 22-02-2001, 16 horas;
- Aplicação Gestor – módulo Funcionamento – XGT, de 16-01 a 08-02-2001, 32 horas;
- Benefícios Fiscais e sua Aplicação na Administração Pública – INA, de 20 a 22-09-2000, 18 horas;
- Fiscalização e Controlo do Tribunal de Contas – CEDREL, de 17 e 18-04-2000, 12 horas;
- Estatística: Os Números, Tratamentos e Interpretações – INA, de 15 a 18-11-1999, 24 horas;
- Auditoria Financeira – INA, de 07 a 09-06-1999, 18 horas;
- Fundamentos de POCP – Novo Plano Oficial de Contabilidade Pública – INA, de 12 a 17-11-1998, 18 horas
- Seminário "POCP a Nova Contabilidade dos Serviços Públicos – E&C, de 17 e 18-03-1998, 12 horas;
- 3.º Congresso Nacional de Gestão de Desporto – APGD, de 24-01-1998;
- Management Público – APGD, de 23 a 27-09-1996, 30 horas.

4.5. Reuniões do Conselho de Administração e Decisões mais Relevantes

O número de reuniões do Conselho de Administração no exercício de 2011 foi de 44 até 10 de novembro de 2011 e 5 desde 24 de novembro de 2011, sendo de destacar as seguintes deliberações:

4 Governo da Sociedade

- Adjudicação da dragagem do porto do Funchal e terminal marítimo do Porto Novo;
- Adjudicação do fornecimento de barreiras para gestão de filas e elementos de sinalética para a Gare Marítima da Madeira;
- Adjudicação do levantamento hidrográfico do porto do Funchal;
- Adjudicação da prestação de serviços relativa à implementação de um novo mandante no âmbito do SNC – Sistema de Normalização Contabilística;
- Atribuição de uma licença de ocupação e utilização de espaço destinado à colocação de caixas multibanco na Gare Marítima da Madeira;
- Adjudicação do fornecimento de 40 carros de bagagem para a Gare Marítima da Madeira;
- Adjudicação do fornecimento e montagem de balcões de check-in para a Gare Marítima da Madeira;
- Atribuição de licenças de ocupação e utilização de espaços na gare marítima da Madeira, destinados ao exercício das atividades de: florista; tabacaria; bordados e tapeçaria; venda de vinhos; snack bar;
- Pedido de reembolso do montante despendido, à Secretaria Regional do Plano e Finanças relativo ao prédio urbano situado na Avenida Sá Carneiro, Funchal, inscrito na Conservatória do Registo Predial do Funchal, sob o n.º 529/19990719, pelo valor de 1,995 M€;
- Adjudicação da renovação de assinatura na Plataforma Eletrónica de Contratação vortalGOV;
- Adjudicação da conversão dos saldos das respetivas contas do POC para o SNC, até a entrada em funcionamento/produtivo do novo mandante;
- Adjudicação da empreitada de reabilitação da galeria técnica do porto do Porto Santo;
- Adjudicação da manutenção/assistência técnica aos elevadores e escadas rolantes da Gare Marítima da Madeira;

4 Governo da Sociedade

- Autorização à OPM, Lda. para construção de postos de transformação para alimentação das gruas elétricas no porto do Caniçal;
- Adjudicação da empreitada de Desassoreamento da rampa varadouro do cais do Paul do Mar;
- Alteração das condições de contratação de empréstimo sob a forma de abertura de crédito sob a forma de conta corrente caucionada até ao limite de 9 milhões de euros;
- Adjudicação do fornecimento e montagem/instalação de equipamento urbano e de recolha seletiva para a Gare Marítima da Madeira;
- Aceitação do pedido de rescisão do contrato de trabalho, a pedido do piloto Pedro Vidal Lemos Magueta;
- Adjudicação da aquisição de um empilhador, multifunções, rotativo e telescópico;
- Adjudicação da manutenção/assistência técnica ao sistema de ar condicionado e de ventilação da Gare Marítima da Madeira;
- Adjudicação de uma ADSL para a central elevatória do Cabo Calhau pelo período de 24 (vinte e quatro) meses à ONI Communications;
- Adjudicação do estudo referente às implicações do futuro memorando de entendimento com o triunvirato e do cluster do mar nas atividades da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A”;
- Atribuição de licença à Septiva para ocupação de loja no Edifício de Autoridades no Porto do Caniçal;
- Adjudicação do fornecimento de 1 lancha de pilotos e 1 lancha multiusos para o Porto do Funchal;
- Adjudicação da empreitada de recuperação da vedação junto ao estaleiro naval e reparação do pavimento no parque de contentores frigoríficos, no porto do Caniçal;
- Adjudicação das reparações nas zonas portuárias do Paul do Mar, Madalena do Mar, Ponta do Sol e Porto Novo;



4 Governo da Sociedade

- Adjudicação do projeto de execução e peças processuais da empreitada de ampliação do terrapleno e construção de cais e rampa de salvamento náutico no porto do Porto Santo;
- Adjudicação da execução da empreitada de reordenamento das infraestruturas do porto do Funchal;
- Atualização do montante das ajudas de custo para 2011;
- Cobrança coerciva das dívidas dos clientes Trinta e três barra dezasseis - Assistência Náutica, S.A., Pirotecnia Minhota, Lda., Pedro Luís Gaspar da Costa, José Teixeira dos Passos, Lda.;
- Adjudicação da aquisição de um empilhador de mastro triplo;
- Aprovação do Plano de Proteção do Porto do Funchal submetido e aprovado pela CCPP – Comissão Consultiva de Proteção do Porto;
- Adjudicação de aquisição de 3 (três) pontões de 15 metros para o porto do Porto Moniz;
- Adjudicação da elaboração do projeto dos edifícios das autoridades do porto do Porto Santo e arranjos exteriores;
- Adjudicação da sinalética para a área comercial da Gare Marítima da Madeira;
- Adjudicação da aquisição de defensas cilíndricas pneumáticas;
- Adjudicação para realização de ensaios em modelo físico reduzido de agitação no interior do porto e de galgamento do cais;
- Aprovação da minuta de Licença que titulará à ocupação da Loja "F", no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal pela MARINHA-Direcção-Geral da Autoridade Marítima;
- Adjudicação da Elaboração do plano portuário de receção e gestão de resíduos nos portos da RAM sob gestão da APRAM, S.A.;
- Abertura de concurso público para execução da empreitada de construção do novo cais de cruzeiros na frente de proteção marítima do depósito de inertes criado a nascente do cais da cidade do porto do Funchal;

4 Governo da Sociedade

- Adjudicação de serviços de Certificação, incluindo provas de carga de 11 (onze) pranchas de embarque e desembarque de pessoas do Porto do Funchal e manufatura de 1 (uma) prancha em alumínio bruto de 11 metros de comprimento também para o porto do Funchal de acordo com a norma ISO 7061:1993(E);
- Adjudicação da prestação de serviços de assistência técnica no âmbito do SIAG- Sistema Integrado de Apoio à Gestão;
- Adjudicação à empresa Horários do Funchal, de um serviço especial de veículo para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, na ligação do porto à cidade por via de condicionamentos à circulação devida pela obra da responsabilidade da SMD,S.A.;
- Adjudicação da execução da empreitada relativa à instalação de portas e divisórias na zona de embarque/desembarque com controle pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Adjudicação do contrato manutenção para o serviço de comunicações para a rede AIS (Automatic Identification System);
- Adjudicação a realização da empreitada relativa à execução de vigas de betão armado para reforço do pavimento na zona de beira cais do Porto do Funchal;
- Autorização para ocupação da Loja n.º 20 no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal como sede social da Casa de Pessoal dos Portos da Madeira;
- Autorização da celebração do protocolo de entrega e aceitação de imóveis a celebrar entre a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e a ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário - ETP, Ld.ª;
- Adjudicação da prestação de serviços de manutenção SAP;
- Adjudicação da prestação de serviços de seguro de dois sistemas de embarque e desembarque de passageiros (Mangas) na Gare Marítima da Madeira;
- Adjudicação da prestação de serviços de Serviços de Vigilância;
- Autorização de celebração de contrato com Duarte Filipe Pestana dos Santos para prestação de serviços de manutenção e assistência técnica na área de informática;

4 Governo da Sociedade

- Cedência da Loja n.º 3, no Edifício da Gare Marítima da Madeira do Porto do Funchal para a sede social do CEN Madeira - Clube de Entusiastas de Navios;
- Rescisão do contrato de manutenção e assistência técnica dos elevadores instalados nos edifícios do porto do Caniçal, celebrado no dia 16 de Fevereiro de 2007, com a empresa QUADRANTE – Comércio de Elevadores, Lda., a partir do dia 01/01/2012, bem como celebração de contrato de manutenção com a empresa SCHINDLER - Ascensores e Escadas Rolantes, S.A., que incluirá a manutenção e assistência técnica dos elevadores instalados nos edifícios do porto do Caniçal;
- Convite a várias empresas para apresentação de propostas âmbito do ajuste direto para a celebração do contrato relativo à atribuição de uma licença de ocupação e utilização de um espaço destinado à colocação de uma caixa multibanco no porto do Caniçal;
- Adjudicação da recolha de resíduos dos navios, da carga e dos gerados nas áreas portuárias dos portos da Região Autónoma da Madeira sob gestão da APRAM, S.A.;
- Aprovação da alteração das condições das contas correntes caucionadas, nos montantes de 4 M€ e 9 M€, que a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A detém junto do Barclays Bank, S.A.;
- Aprovação do relatório de gestão e contas do exercício do ano 2010.

4.6. Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.

Nos termos das alíneas a) a g), do número 2, artigo 3.º dos Estatutos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A., aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, exerce os seguintes poderes:

- Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;

4 Governo da Sociedade

- Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado ou concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- Administração do domínio público na área que lhe está afeta;
- Fixação de taxas e tarifas a cobrar pela utilização dos portos, terminais, cais e Marinas, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

4.7. Entidades Encarregadas de Auditoria Externa

- ROC - O. Lima, N. Silva, F. Colaço, A. Coelho e L. Rosa, SROC, Lda., representada pelo Dr. Luís Manuel da Silva Rosa;
- Inspeção Regional de Finanças;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Tribunal de Contas;
- Instituto de Desenvolvimento Regional;
- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP;
- Outras que, no âmbito de projetos cofinanciados, sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

4 Governo da Sociedade

4.8. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

Assembleia Geral

A remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, foi de 2.100,00 €.

Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, durante o ano de 2011, foi de 16.920,00 €.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.. As remunerações e demais regalias sociais foram as indicadas nos quadros seguintes:

Quadro 22 - Remunerações e Demais Regalias Sociais do Conselho de Administração

Descrição	Bruno Guilherme Pimenta de Freitas	Maria João de França Monte	Alexandra Cristina Ferreira Mendonça	Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus
Remuneração base	41.733,40 €	37.863,40 €	44.800,00 €	4.933,40 €
Subsídio de férias / Natal	16.164,16 €	23.673,48 €	7.400,00 €	
Subsídio de alimentação	1.390,08 €	1.317,68 €	1.614,52 €	195,48 €
Despesas de representação	12.520,00 €	7.033,00 €	9.493,33 €	986,67 €
Ajudas de custo	1.867,09 €	916,94 €	421,38 €	
CGA / Seg. Social / Acidentes de trabalho	14.412,04 €	5.562,51 €	5.441,22 €	611,06 €
Redução remuneratória	- 7.103,61 €	-6.766,65 €	-6.113,33 €	- 580,25 €
Despesas com viatura	531,79 €	649,33 €	804,93 €	42,54 €
Seguro Viatura	113,84 €	127,26 €	132,59 €	25,55 €
Gasolina / Gasóleo	988,10 €	508,69 €	785,12 €	127,23 €
Comunicações	1.450,70 €	870,38 €	666,77 €	

Fonte: APRAM, S.A.

Handwritten marks and initials in the top right corner.

4 Governo da Sociedade

- As despesas de representação foram processadas 12 meses.
- Todos os Administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações, ADSE ou Segurança Social, de acordo com o regime aplicável.
- Não existem planos complementares de reforma.
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

4.9. Relatório de Auditoria Externa

O Relatório do Revisor Oficial de Contas encontra-se anexo ao presente relatório.

(Table content is mostly illegible due to blurring and low resolution)

5 Plano de Investimentos

5. PLANO DE INVESTIMENTOS

No ano 2011 verificou-se um investimento global de 5,2 milhões de euros que incidiu, essencialmente, na execução de infraestruturas portuárias e na dotação de alguns equipamentos, dos quais se destacam:

5.1. Porto do Funchal

- Conclusão do fornecimento e instalação de dois sistemas de embarque e desembarque no Porto do Funchal (Mangas);
- Reordenamento das infraestruturas do Porto do Funchal;
- Aquisição de defensas cilíndricas pneumáticas;
- Início da empreitada de reabilitação estrutural da ponte cais e do muro de cortina do molhe principal do Porto do Funchal;
- Conclusão do projeto de execução da empreitada de construção do novo cais de cruzeiros – “Aterro”.

5.2. Porto do Caniçal

- Recuperação da vedação junto ao Estaleiro Naval do Caniçal e reparação do pavimento no parque de contentores.

5.3. Porto do Porto Santo

- Reabilitação da galeria técnica no Porto do Porto Santo.

5.4. Cais do Porto Moniz

- Aquisição de pontões de 15 metros para apoio à atividade marítimo turística do Porto do Porto Moniz.

5 Plano de Investimentos

5.5. Outros Investimentos

- Aquisição de diversos equipamentos (empilhadores, varredoura, cabeços de amarração, radar e estação meteorológica, escada de portaló, etc.);
- Aquisição de defensas cilíndricas pneumáticas;
- Reparações nas zonas portuárias;
- Implementação do software de recursos humanos (SIAG);
- Aquisição de duas lanchas de pilotos.

AM
[Handwritten signatures]

6 Concessões/Licenças

6. CONCESSÕES / LICENÇAS

Neste capítulo são enumerados os contratos de concessão e alvarás de licença em vigor a 31 de dezembro de 2011, de acordo com a sua área de localização

6.1. Licenças Comuns

- Alvará para o exercício da atividade de cedência de mão-de-obra portuária nos portos e terminais da Região Autónoma da Madeira, atribuída à ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário - ETP, Lda.;
- Licença destinada à movimentação de cargas (operação portuária) nos portos do Funchal, Porto Santo e Caniçal, atribuída à OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.

6.2. Funchal

- Contrato de concessão de exploração da marina do Funchal (em regime de serviço público), atribuído à Associação MarinaFunchal;
- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno na Marina do Funchal, para instalação de um posto de venda de combustíveis (depósito e bomba), atribuído à Repsol Portuguesa, S.A.;
- Contrato Promessa de Arrendamento (da fração do edifício conhecido por "Beer House"), atribuído à Cervejolândia, Lda.;
- Renovação temporária das licenças de ocupação de várias lojas localizadas na Marina do Funchal (até ao início das obras de remodelação da Marina do Funchal);
- Alvará de Licença para utilização, a título precário, de parcela de terreno do domínio público marítimo, localizada na Marina do Funchal, destinada à colocação de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística, atribuída às seguintes empresas:
 - Madeira Big Game Fishing - Atividades Náuticas, Lda.

6 Concessões/Licenças

- Gavião Viagens Turísticas, Lda.;
 - Santa Maria - Atividades Marítimo, Turísticas, Lda.;
 - M. Gavina Boat Trips-Unipessoal, Lda.;
 - Nautisantos - Atividades Desportivas, Lda.;
 - Horizonte do Atlântico, Animação Turística, Lda.;
 - Albatroz do Mar - Atividades de Animação Turística, Unipessoal, Lda.;
 - Prazer do Mar, Atividades Marítimo - Turísticas, Lda.;
 - Ema de Freitas e Can, Lda.;
 - Visões Aquadélicas – Atividades Marítimo Turísticas, Lda.;
 - Aqua Tours - Atividades Turísticas, Lda.
- Alvará de Licença referente ao uso privativo destinado à instalação de um balão turístico suspenso, plataforma de acesso e quiosque de apoio, guarda de equipamento náutico, balneários de apoio, atividades desportivas e náuticas, arrecadação de apoio à praia, atribuída à Câmara Municipal do Funchal;
 - Licença de Ocupação para colocação e exploração de oito mupis na área do Porto do Funchal, atribuída à Netcriações-Publicidade e Internet, Lda.;
 - Licença referente à exploração e gestão de 2 espaços de restaurante e esplanada no Forte de Nossa Senhora da Conceição, atribuída a O Molhe –Exploração de Restaurantes, Lda.;
 - Concessão que compreende a demolição de prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, e construção de um prédio de 2 pisos no mesmo espaço, com a conseqüente exploração do respetivo rés-do-chão para a atividade de Bar-Discoteca, atribuída a Rebelos & Camacho, Lda.;
 - Licença para uso privativo das instalações fixas, sitas no Porto do Funchal, destinadas a dar apoio administrativo à atividade desenvolvida pela "Naviera Armas", atribuída a Sousa e Tavares, Lda.;

6 Concessões/Licenças

- Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Porto do Funchal, destinado à instalação de um posto de venda de combustíveis, à circulação de máquinas e diversos equipamentos, atribuída à Repsol Portuguesa, S.A.;
- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Funchal, da subinstalação para a armazenagem de produtos derivados do petróleo (subinstalação para armazenagem de produtos derivados do petróleo), atribuído à Repsol Portuguesa, S. A.;
- Alvará de Licença para utilização, a título precário, de um espaço junto à rampa Roll-on Roll-off, no Porto do Funchal, destinado ao estacionamento e operação da Nau Santa Maria, atribuída à Santa Maria – Atividades Marítimo Turísticas, Lda.;
- Alvará de Licença referente ao uso privativo da parcela de terreno localizada no lado este do cais, no porto do Funchal, destinada à manutenção do iate "VAGRANT", e espaço destinado à atividade de restauração (restaurante, bar e esplanada), atribuída à Bartolomeu & Teresa – Atividades Turísticas, Lda.;
- Alvará de Licença para utilização do uso privativo de uma parcela de terreno, destinada à instalação de um quiosque à entrada do cais do Funchal, para a venda de impressos e divulgação das atividades de lazer e recreio, atribuída à Câmara Municipal do Funchal;
- Alvará de Licença para utilização a título precário de uma parcela de terreno localizada no parque de estacionamento existente junto à Rotunda Sá Carneiro, à entrada do Porto do Funchal, destinada ao estacionamento de uma roulotte para a venda de cachorros quentes, hambúrgueres e refrigerantes, atribuída a Isaura Gouveia Figueira;
- Alvará de Licença para utilização, a título precário, de uma parcela de terreno do domínio público marítimo, junto à rampa Roll-on Roll-off, destinada à colocação de um quiosque de alumínio para a prestação de informações e venda de bilhetes, atribuída à Santa Maria – Atividades Marítimo, Turísticas, Lda.;
- Licença de ocupação de uma área situada na parte inferior do edifício da secção de máquinas (rés-do-chão), a oeste do Forte de Nossa Senhora da Conceição, para instalação da antena no terraço do edifício, atribuída à Vodafone, S.A.;

7

6 Concessões/Licenças

A
B
C

- Licença de Ocupação, destinada à instalação da Estação Base de Telecomunicações Móveis da TMN, a qual compreende equipamento de rádio GMS e UMTS, bem como uma antena do tipo painel, na fachada pintada a poente, no Forte de Nossa Senhora da Conceição, atribuída à TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.;
- Contrato Promessa de Arrendamento de um espaço sito na varanda dos escritórios da Divisão de Exploração Marítima, em S. Lázaro, para instalação de uma antena, atribuído à TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S. A..
- Autorização para colocação de lona com publicidade do Dolce Vita, atribuída à Aplicação Urbana XIV, S.A.;
- Autorização para colocação de lona com publicidade do Teleféricos da Madeira, atribuída à Teleféricos da Madeira, S.A.;
- Autorizações precárias diversas para venda ambulante na marina do Funchal atribuídas a:
 - Timsi Abderrzak;
 - Filomena Mira;
 - Elisabete Martins Pimenta Pessoa;
 - Maria Isabel Ventura dos Santos;
 - Carla Vieira.

6.3. Gare Marítima da Madeira

- Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de florista na Gare Marítima da Madeira, atribuída a Curlyflower, Unipessoal, Lda. -Loja n.º 1;
- Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de snack-bar na Gare Marítima da Madeira, atribuída a Fidélido Figueira - Unipessoal, Lda.- Loja n. 2;
- Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao Clube de Entusiastas de Navios na Gare Marítima da Madeira, atribuída ao Clube de Entusiastas de Navios – Loja n.º 3;

6 Concessões/Licenças

- Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de comércio de bordados, tapeçarias, artesanato e artefactos regionais na Gare Marítima da Madeira, atribuída a Norberto Pestana Fernandes – Loja n.º 4;
- Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de comércio de vinhos, bebidas espirituosas e licores na Gare Marítima da Madeira, atribuída a Fidélio Figueira - Unipessoal, Lda.- Loja n. 5;
- Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de tabacaria na Gare Marítima da Madeira, atribuída a Eugénia Maria F. Gonçalves e Filhos, Lda. - Loja n.º 6;
- Licença de ocupação e utilização de dois espaços destinados à colocação de caixas multibanco, atribuída ao Banco Santander Totta, S.A..
- Autorização para afixação de painéis publicitários, atribuídas a:
 - Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira;
 - Casino da Madeira.

6.4. Caniçal

- Licença para utilização de 2 instalações fixas localizadas no Porto do Caniçal, atribuída à ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda.;
- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no terminal do Caniçal - Porto de Pesca - destinado à construção da instalação de gasóleo para abastecimento a embarcações de pesca, atribuído à Repsol Portuguesa, S. A.;
- Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal, atribuído à CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.;
- Alvará de Licença para utilização a título precário, de umas instalações amovíveis, numa parcela de terreno do domínio público marítimo no Porto do Caniçal e destina-se, provisoriamente, ao controlo de entrada e saída de mercadorias do Terminal de Carga, atribuída à O.P.M.- Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.;

6 Concessões/Licenças

- Alvará de Licença para utilização, a título precário, de uma parcela de terreno do domínio público marítimo, na área denominada "ZONA C" e destinada à oficina provisória da OPM, atribuída à O.P.M.- Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.;
- Contrato de Concessão de Exploração do estaleiro naval para embarcações em madeira do Caniçal, atribuído à J.S. Vieira & Gouveia, Lda.
- Licenças, para utilização a título precário, de lojas no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, atribuída às seguintes empresas:
 - O.P.M.- Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda. - Lojas n.º 1 e n.º 2;
 - Bitrans - Agência de Transitários da Madeira, Lda. - Loja n.º 3;
 - Transinsular (Madeira) - Transportes Marítimos Insulares, Lda. – Loja n.º 4;
 - Empresa de Navegação Madeirense, Lda. – Loja n.º 5;
 - PORTMAR - Agência de Navegação, Lda. – Loja n.º 6;
 - ETE - Logística, S. A.- Loja n.º 7;
 - Atlantifrete - Transportes (Madeira), S. A. – Loja n.º 8;
 - Freitas & Caires, Lda. – Loja n.º 9;
 - Aguiar & Silva, Lda. – Loja n.º 10;
 - Areidam-Transportadora, Lda. – Loja n.º 12;
 - MGF – Transportadores Rodoviários, Unipessoal; Lda. - Loja n.º 13;
 - Septiva – Sindicato dos Estivadores, Conferentes e Tráfego do Porto do Caniçal- Loja n.º 18;
- Licença referente à ocupação da loja F, no edifício de autoridades do Porto do Caniçal, com a finalidade de servir de instalações à Polícia Marítima - Comando Local do Funchal, atribuída à Marinha - Direção Geral da Autoridade Marítima;
- Licença, para utilização a título precário, de um espaço destinado a restaurante, no edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, atribuído a Sítio Divertido - Restaurantes Unipessoal, Lda.

6.5. Porto Santo

- Contrato Administrativo de Concessão do terreno localizado na zona de expansão portuária no porto do Porto Santo, destinado à construção de um prédio urbano,

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

6 Concessões/Licenças

destinado ao exercício da atividade de snack-bar, atribuído à Turismulti -Multiatividades Turísticas, Lda.;

- Alvará de Licença referente ao uso privativo de parcela destinada à manutenção do "entreposto cimenteiro" para realização de operação de descarga e movimentação de cimento a granel do navio atracado para o estabelecimento, atribuída à Cimentos Madeira, Lda.;
- Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo da construção para armazenagem e um posto de venda de gasóleo à navegação, atribuído à Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda.;
- Alvará de Licença para utilização do uso privativo de uma parcela de terreno, no porto do Porto Santo, destinada à manutenção de uma cabine de alumínio para venda de bilhetes de Transportes Públicos, atribuída a Moinho - Rent-a-Car, Lda.;
- Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Porto Santo, atribuída à 33/16 – Assistência Náutica, S. A.;
- Contrato de Conceção, Construção e Exploração de infraestruturas de apoio a atividades náuticas de recreio, no terraplano do porto do Porto Santo, atribuído à 33/16 – Assistência Náutica, S. A..
- Aluguer de um Pórtico Travel Lift e empilhador de Elevação Negativa, atribuído à 33/16 – Assistência Náutica, S. A..

6.6. Socorridos

- Contrato de Concessão do direito de uso privativo de uma área de leito do mar do domínio público, atribuído à Cimentos Madeira, Lda.;
- Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um terminal marítimo de combustíveis nos Socorridos, atribuída à EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A..

M
B
W

6 Concessões/Licenças

6.7. Câmara de Lobos

- Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no cais de Câmara de Lobos, da instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação (destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação, constituída pela instalação do motor, escritório e depósito), atribuído à REPSOL PORTUGUESA, S.A.;
- Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no cais de Câmara de Lobos, destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação, constituída por um escritório e depósito, atribuído à GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda..

6.8. Machico

- Contrato de Concessão de Exploração do porto de recreio de Machico, atribuído à Câmara Municipal de Machico.

6.9. Santa Cruz

- Contrato de Concessão de Exploração do porto de recreio de Santa Cruz, atribuído à Câmara Municipal de Santa Cruz;
- Licença para utilização, a título precário, de uma parcela destinada à colocação de umas instalações amovíveis na ZAL – Zona de Apoio Logístico do Porto Novo, atribuída à Daniel Freitas Alves & Filhos, Lda..
- Autorização para utilização, a título precário, de uma parcela destinada à colocação de umas instalações amovíveis na ZAL – Zona de Apoio Logístico do Porto Novo, atribuída à Logislink-Terminal de Logística, Lda..

7 Segurança

7. SEGURANÇA

7.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code)

O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro definiu a estrutura básica de organização interna de segurança dos portos face às ameaças e ações ilícitas intencionais.

De modo a ser possível dar cumprimento ao estipulado no referido diploma, no ano de 2011 foi dada continuidade à implementação de diversas medidas na área da segurança marítima e patrimonial, por forma a que a APRAM, S.A. mantivesse a certificação dos seus portos emitida pela Autoridade Nacional, enquanto PORTO (nível superior) e não enquanto Instalações Portuárias, de acordo com as regras do Código ISPS (International Ships and Ports Security), obtida em 2009.

Assim, são de destacar as seguintes principais ações:

- Implementação do Plano de Proteção de cada um dos principais Portos nos termos da certificação ISPS (International Ships and Ports Security) e respetiva monitorização;
- Adequação das estruturas necessárias ao cumprimento dos Planos de Proteção, designadamente com a revisão e melhoria dos procedimentos de segurança das instalações e do aperfeiçoamento do controlo de acessos às áreas restritas dos Portos;
- Continuação da formação do pessoal afeto ao controlo das instalações portuárias nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo;
- Articulação da atuação com as restantes Autoridades, através do Centro Coordenador de Proteção do Porto nomeadamente com a Capitania, as restantes forças de Segurança, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira e a Autoridade Regional de Saúde, designadamente através da realização de exercícios conjuntos entre as entidades envolvidas;
- Contratação e monitorização dos serviços da empresa de vigilância contratada que, conjuntamente com o Destacamento da PSP, agentes da Polícia Marítima e da Guarda Republicana – Brigada Fiscal e os Oficiais de Segurança, asseguram a segurança portuária, sempre que necessário.

8 Marketing e Relações Públicas

8. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

8.1. Ações de Promoção

Em termos gerais, e tendo por referência os objetivos definidos para o ano de 2011, realça-se o seguinte:

- Continuidade da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as Ilhas Canárias no âmbito do projeto Cruises in the Atlantic Islands, participando na Seatrade de Miami, Seatrade Europe e Seatrade Winter Cruises;
- Reforço das relações e colaboração com toda a comunidade portuária, nomeadamente a nível nacional, de forma a colmatar a sazonalidade do mercado de cruzeiros e otimizar a capacidade disponível do transporte de mercadorias;
- Melhoria da comunicação, com informação atualizada, nas newsletters e boletins das associações de que a APRAM, S.A. é membro, nomeadamente APP – Associação dos Portos de Portugal e RETE – Associação para a colaboração entre os Portos e as Cidades;
- Promoção da Gare Marítima da Madeira com festas temáticas integradas no calendário de promoção da Madeira, fomentando a relação porto/cidade e com montagem de painéis publicitários e iniciativas de marcas, com destaque para o IVBM – Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira;
- Promoção do projeto da Gare Marítima da Madeira junto das companhias e operadores, com a criação de uma parceria com o turismo da Madeira, que permitiu a abertura de um posto de informações turísticas, promovendo simultaneamente o porto enquanto destino turístico de excelência e enquanto porta de entrada, dando realce ao embarque e desembarque no porto do Funchal;
- Comemorações do “Dia Internacional do Mar”, em colaboração com a Marinha Portuguesa (Capitania do Porto do Funchal), celebrando o Ano dedicado aos “90 anos da ligação aérea Lisboa / Funchal”;

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

8 Marketing e Relações Públicas

- Presença de cerimónias a bordo e ações de boas-vindas na 1ª escala de navios cruzeiro no Porto do Funchal.

8.2. Informação e Publicações

A informação sobre as ações, bem como contactos dos agentes, projetos e parcerias celebradas pela APRAM, estatística, previsão de escalas diárias e anuais, "via verde" para acesso à Pontinha, tarifário e investimentos é pública e está disponível através do site www.apram.pt ou www.portosdamadeira.com, dois domínios que permitem estar presente *on-line* e com informação atualizada e bilingue (português e inglês).

9 Estaleiro Naval do Caniçal

9. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL

Por Resolução n.º 544/2009, de 7 de Maio, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 622/2009, de 28 de Maio, desde Janeiro de 2010, o Governo Regional mandatou a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para, em representação da RAM, administrar e gerir o Estaleiro Naval do Caniçal.

Refira-se que o referido estaleiro não dispõe nem de personalidade jurídica, nem judiciária, e foi transferido para a RAM por decisão arbitral datada de 6 de Março de 2006, fruto de uma disputa entre a RAM e a empresa Madeira Engineering Company, Lda..

Esta infraestrutura, implantada em área portuária, encontra-se completamente inoperacional, fruto de uma avaria do principal equipamento, Syncrolift, ocorrido em Abril de 2008, quando estava a ser docado o navio Arco.

Dentro do quadro jurídico-legal e da contratação coletiva de trabalho aplicada ao setor e dada a inviabilidade económica do estaleiro, na atualidade, e a falta de ocupação dos seus trabalhadores, a APRAM, S.A. negociou 1 rescisão contratual por mútuo acordo.

De um quadro inicial de 26 trabalhadores em 2010, atualmente o quadro de pessoal do Estaleiro Naval do Caniçal dispõe de 12 trabalhadores.

A redução do quadro de pessoal, aliada à diminuição dos dias em que os trabalhadores prestam serviço àquela infraestrutura (só para a sua manutenção), permitiu a racionalização dos gastos de pessoal, reduzindo-se nomeadamente as deslocações e o pagamento com refeições.

De modo a salvaguardar a segurança, dado o mau estado de conservação da rede elétrica, foi desligado o PT e, por conseguinte, a energia elétrica, e cancelados os contratos de fornecimento de água e comunicações.

Ainda, em relação a esta nova responsabilidade da APRAM, S.A., determinada pelo seu acionista, estão em curso vários processos judiciais movidos nomeadamente, pelo antigo concessionário do espaço, a empresa MEC, e pela empresa Basaltareias, armador do navio Arco que se encontrava a docar quando ocorreu o acidente com a plataforma elevatória, Syncrolift.

9 Estaleiro Naval do Caniçal

Com este último processo (Basaltareias), em 2011 a APRAM, S.A. gastou 21.581,00 €, inerentes a honorários e custas judiciais, sendo exetável gastos nos anos seguintes decorrentes de todos os processos em curso.

Os gastos incorridos pela APRAM, S.A. no ano de 2011 com o estaleiro naval do caniçal, ascenderam a 231.847,60 €, de acordo com a descrição no mapa abaixo.

Quadro 23 - Gastos do Estaleiro Naval do Caniçal

Rubricas	Exercício 2011
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	
Seguros	63,91€
Trabalhos especializados	21.939,20 €
Total dos gastos com fornecimentos e serviços externos	22.003,11 €
GASTOS COM O PESSOAL	
Remunerações do pessoal	143.542,28 €
Indemnizações por rescisão - mútuo acordo	24.185,66 €
Outros gastos com o pessoal	6.287,25 €
Encargos com as Remunerações	35.829,30 €
Total dos gastos com o pessoal	209.844,49 €
TOTAL DOS GASTOS COM O ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL	231.847,60 €

Fonte: APRAM, S.A.

10 Análise Económica e Financeira

10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os Resultados Líquidos do Exercício, registaram um prejuízo de 21.206.822,62 euros.

O Ativo Líquido atingiu os 383,023 M€, registando-se uma diminuição de 16,36 M€, face ao ano anterior. Este decréscimo justifica-se, sobretudo, pelo decréscimo do ativo não corrente, devido ao impacto das amortizações do exercício, bem como pela diminuição no ativo corrente, pelo facto da empresa ter recebido verbas que já tinham sido aprovadas no âmbito dos projetos candidatados a Fundos Comunitários (Programas do Fundo de Coesão, POVT, etc.) e pela diminuição dos seus depósitos bancários.

Desde 1999, ano em que a APRAM, S.A. se constituiu como sociedade anónima, abandonando o estatuto de instituto público, que o Ativo Líquido tem vindo a crescer, fruto dos elevados investimentos em infraestruturas portuárias.

O Passivo Corrente atingiu, no ano 2011, os 31,45 M€, registando-se deste modo um aumento de 9,07 M€, fruto do aumento significativo das dívidas de curto prazo a instituições de crédito, bem como do reconhecimento do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, associado a alguns empréstimos bancários de médio e longo prazo.

10.1 Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, apresentam-se negativos, face ao período anterior, devido ao registo do impacto financeiro nas contas de resultados das operações de cobertura de risco de taxa de juro, onde se regista este ano um decréscimo no seu valor de mercado na ordem dos 4,75 M€.

Para este resultado também contribuiu significativamente o impacto das dragagens efetuadas em 2010 na sequência direta da intempérie que atingiu a Madeira e, em particular o porto do Funchal, cujos custos só foram reconhecidos neste ano, em virtude da receção também neste ano do apoio financeiro respetivo (Fundo de Solidariedade), para fazer face aos prejuízos que a empresa teve.

Por norma, os gastos com dragagens correntes são refletidos nas contas da APRAM, S.A. numa conta de fornecimentos e serviços externos (trabalhos especializados).

10 Análise Económica e Financeira

No entanto, atendendo ao carácter extraordinário das dragagens em questão, os respetivos gastos apresentaram-se anormalmente elevados (6.062.386,61 €), sem qualquer paralelo com gastos de anos anteriores em operações congéneres. Assim, para manter a transparência dos factos os mesmos foram considerados numa rubrica de carácter extraordinário (Outros gastos e perdas – Gastos anormais/extraordinários), criada para o efeito, de modo a que os fornecimentos e serviços externos possam ser comparáveis com o ano anterior.

Esta opção de tratamento deste registo contabilístico não implicou uma redução dos resultados globais da empresa.

Estes gastos, de natureza extraordinária, integram as dragagens referentes aos anos de 2010 (3.855.000,00 €) e 2011 (2.207.386,61 €), e que são devidos a:

- Intempérie do dia 20 de fevereiro de 2010, que provocou não só o transbordo das ribeiras de São João, Santa Luzia e João Gomes, mas particularmente e com consequências extremamente graves, o transporte e o depósito de uma grande quantidade de materiais aluvionares para a zona urbana mais baixa e para a bacia portuária;
- Chuvas intensas, com pluviosidade anormalmente alta, ocorrida nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2010;
- Condições de mar adversas no último trimestre de 2010, que originaram o escorregamento e erosão acentuada do material depositado junto ao cais da cidade (aterro) aquando da intempérie de 20 de fevereiro de 2010, que se depositou em quantidades anormais dentro da baía do porto do Funchal, colocando em causa os canais de navegabilidade e a operação portuária.

Os gastos com o pessoal apresentam um decréscimo na ordem dos 1,65 M€, devido à introdução dos cortes salariais, congelamento da tabela salarial, promoções e diuturnidades, decorrentes do orçamento geral do estado para o ano 2011 e às rescisões de contratos com alguns trabalhadores, apesar da empresa ainda continuar a assumir os gastos com o estaleiro naval do caniçal.

Nesta rubrica "Fornecimentos e serviços externos", também se verificaram aumentos nos gastos, com os trabalhos especializados, tendo em conta que com a introdução do SNC no ano de 2010, grande parte dos estudos e projetos passaram a ser considerados gastos do

10 Análise Económica e Financeira

período (em vez de serem considerados ativo intangíveis), o que veio contribuir para o aumento desta rubrica, como por exemplo o estudo para o porto de pesca de Câmara de Lobos, a revisão do plano diretor do porto do Funchal, etc....

É de realçar que a partir do ano 2010 a entrada em funcionamento da nova Gare Marítima da Madeira, implicou um aumento significativo ao nível dos gastos de consumo corrente nomeadamente água, eletricidade e subcontratação de serviços de limpeza, passando os gastos correntes a ter outro impacto nas suas contas.

Contudo, é de relevar o aumento das receitas provenientes das prestações de serviços num período de retração da economia, sobretudo pelo aumento do mercado de cruzeiros que se encontra numa fase de expansão e crescimento.

Com o aumento das taxas de juro, verificou-se um acréscimo dos resultados financeiros negativos, sendo expectável um aumento a médio prazo nas contas de gastos financeiros dado que, à medida que os investimentos em curso são transferidos de investimentos em ativos tangíveis em curso para ativo fixo tangível, os juros bancários deixam de ser capitalizados, passando a ser imputados diretamente nas respetivas contas de gastos, o que veio a se verificar já este ano, onde não foram capitalizados juros bancários. Por sua vez, existe um potencial de aumento das taxas de juro bancárias associadas aos empréstimos bancários de curto, médio e longo prazo, contraídos pela APRAM, S. A., para fazer face aos elevados investimentos em infraestruturas marítimo-portuárias, determinados pelo acionista, alguns dos quais de natureza não comercial.

10.2 Rendimentos de Exploração

Os proveitos de exploração cresceram globalmente, cerca de 35%, visto que todas as rubricas apresentaram aumentos, com exceção da rubrica "Imparidades de dividas a receber", onde se inclui os valores referentes às dividas de clientes que se encontram em dívida há mais de seis meses, na qual sofreu um reforço de provisões.

Este ano, os subsídios à exploração apresentaram um acréscimo bastante elevado, face ao ano anterior e estão diretamente relacionados, por um lado, com os projetos comunitários em curso ao abrigo do programa de cooperação Madeira-Açores-Canárias (MAC 2007-2013), por outro, com o fundo de solidariedade para colmatar parte dos prejuízos causados pela intempérie do dia 20 de fevereiro de 2010, em que a empresa foi ressarcida de 3.473.020,00€

10 Análise Económica e Financeira

referente sobretudo aos trabalhos de dragagem, do ano 2010, e que se encontram refletidos nas contas deste ano, em rubricas de carácter excecional.

Quadro 25 - Rendimentos de Exploração

Rubricas	Exercícios	
	2011	2010
Prestações de serviços	11.470.938,73	10.867.896,39
Subsídios à exploração	3.518.185,49	82.181,44
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0,00	27.438,03
Outros rendimentos e ganhos	2.625.572,73	2.030.458,56
Total	17.614.696,95	13.007.974,42

Fonte: APRAM, S.A.

10.3 Gastos de Exploração

Pela análise do quadro seguinte, verifica-se que todas as rubricas penalizam os gastos de exploração da empresa, com exceção dos gastos com o pessoal.

Contudo, para o aumento dos gastos de exploração contribuíram os seguintes fatores:

- Na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", o acréscimo de gastos fica a dever-se, essencialmente, à entrada em funcionamento da gare marítima da Madeira, com a necessidade de contratualização de serviços externos (manutenção dos elevadores e escadas rolantes, limpeza) e com o reconhecimento de estudos e projetos, a título de exemplo: futuro porto de pesca de Câmara de Lobos; remodelação das instalações da Marina do Funchal; demolição dos edifícios do porto do Porto Santo; monitorização ambiental do Porto do Caniçal, que à luz do SNC, deixaram de ser considerados ativos intangíveis, no valor de 674.759,62 €;
- Na rubrica "Outros gastos e perdas", grande parte do aumento respeita ao esforço financeiro que a empresa suportou nestes anos (2010 e 2011), decorrentes da intempérie ocorrida em 20 de Fevereiro de 2010, que implicou trabalhos de dragagens nos portos da RAM, deposição de detritos e sedimentos dentro do porto do Funchal, transportados sobretudo pela ribeira de São João, que desagua diretamente na baía do Funchal. Foi reclassificado o valor suportado com as dragagens, no montante de 6.062.386,61 €, sendo que 3.855.000,00 € foram referentes a gastos de 2010 mas que só foram reconhecidos

10 Análise Económica e Financeira

contabilisticamente em 2011, porque iriam ser co-financiados pelo Fundo de Solidariedade, e de 2.207.386,61€ no ano de 2011, decorrentes dos temporais de outubro, novembro e início de dezembro de 2010;

- A rubrica "Reduções de justo valor", veio penalizar significativamente este resultado, visto que, com a entrada em vigor do SNC em 2010, passou a ser obrigatório reconhecer o impacto/valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, relativas a empréstimos que a empresa detém junto das diversas instituições financeiras, o que representou um acréscimo de 128% (mais 2.664.454,50 €).

Quadro 26 – Operações de cobertura de taxa de juro

DESCRIÇÃO	31-12-2011	31-12-2010	VARIAÇÃO
SWAPS DE TAXA DE JURO			
Swap de taxa de juro Societe Generale - 63 ME	(6.016.522,54)	(3.524.718,11)	70,70%
Swap de taxa de juro Societe Generale - 30 ME	(2.813.837,00)	(1.658.644,00)	69,65%
Swap de taxa de juro Royal Bank of Scotland – 28 ME	(2.550.290,45)	(1.449.830,28)	75,90%
Total dos swaps de taxa de juro	(11.380.649,99)	(6.633.192,39)	71,57%

Fonte: APRAM, S.A.

No entanto, saliente-se o seguinte:

- Na rubrica "Gastos com o pessoal", e apesar dos gastos com o Estaleiro Naval do Caniçal, que por força da entrada em vigor da resolução n.º 544/2009 de 07 de Maio, com as alterações introduzidas pela deliberação n.º 622/2009, de 5 de Junho, passaram a ser assumidos pela APRAM, S. A., bem como o aumento nas taxas associadas aos encargos sociais dos trabalhadores que passaram de 13% para 15%, a APRAM, S.A. apresenta uma redução na ordem dos 20% (menos 1.650.411,32 €), face às deduções salariais impostas pela lei geral do orçamento do estado para este ano e ao corte do subsídio de férias no ano de 2012 para a maior parte dos trabalhadores.

AM



10 Análise Económica e Financeira

Quadro 27 - Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios	
	2011	2010
Fornecimentos e serviços externos	2.769.596,89	2.336.724,41
Gastos com pessoal	6.615.777,83	8.266.189,15
Imparidades de dividas a receber (reforço)	36.102,87	0,00
Reduções de justo valor	4.747.457,60	2.083.003,10
Outros gastos e perdas	6.333.373,42	148.124,12
Total	20.502.308,61	12.834.040,78

Fonte: APRAM, S.A.

10.4 Estrutura dos Gastos de Exploração

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso centra-se nos "Gastos com o pessoal" com cerca de 32%, seguindo-se "Outros gastos e perdas", com 31%, que a título excepcional, prende-se essencialmente com os gastos de dragagens já referidos. As "Reduções de justo valor" apresentam um peso de 23%, e os "Fornecimentos e serviços externos", 14%.

Quadro 28 - Estrutura dos Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios	
	2011	2010
Fornecimentos e serviços externos	13,51%	18,21%
Gastos com pessoal	32,27%	64,41%
Imparidades de dividas a receber (reforço)	0,18%	0,00%
Reduções de justo valor	23,16%	16,23%
Outros gastos e perdas	30,89%	1,15%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

10.5 Fundos Libertos

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se negativa, visto que o valor dos "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" não é suficiente para cobrir o resultado líquido negativo, não gerando fundos libertos, pois apresentam-se negativos no valor de 7.853.352,08 euros.

10 Análise Económica e Financeira

Quadro 29 – Fundos Libertos

Rubricas	Exercícios	
	2011	2010
Resultado líquido do exercício	(21.206.822,62)	(17.504.213,60)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13.353.470,54	13.881.751,77
Provisões do exercício	0,00	0,00
Fundos Libertos	(7.853.352,08)	(3.622.461,83)
Investimento	5.271.912,25	7.164.503,92
Cobertura do investimento por autofinanciamento	-148,97%	-50,56%

Fonte: APRAM, S.A.

10.6 Situação Financeira e Patrimonial

O quadro que se segue evidência a evolução da situação patrimonial no período de 2011/2010. Do lado das aplicações de fundos, destaca-se em termos absolutos a manutenção do imobilizado líquido, na ordem dos 94,2% do ativo líquido total.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um decréscimo de 7,61 M€, representando neste exercício económico cerca de 5,8% do ativo líquido total. Grande parte deste decréscimo diz respeito à diminuição dos valores a receber, referentes ao cofinanciamento comunitário aprovado nas diversas candidaturas dos projetos, do Fundo de Coesão, para o Porto do Caniçal e Porto do Funchal, e do POVT para o Porto do Porto Santo, associados aos investimentos em ativos tangíveis em curso.

Outro facto que fez com que o ativo corrente tivesse diminuído, respeita aos trabalhos de dragagem efetuados no ano 2010 que ascenderam a 3.855.000 € e que foram objeto de comparticipação do Fundo de Solidariedade da União Europeia, para colmatar uma parte dos prejuízos incorridos com o temporal de 20 de Fevereiro de 2010. Este gasto foi reconhecido na demonstração de resultados deste ano, aquando da receção das respetivas verbas do fundo de solidariedade.

Refira-se por último, o contributo para a diminuição do ativo corrente da redução da conta de caixa e depósitos bancários, com uma redução de 3,01 M€.

10 Análise Económica e Financeira

Quadro 30 – Situação Financeira e Patrimonial (1)

ACTIVO	EXERCÍCIOS			
	2011	%	2010	%
Ativo Não Corrente:				
Ativos fixos tangíveis	359.187.801,57	93,78%	367.944.119,48	92,13%
Ativos intangíveis	4.080,00	0,00%	4.080,00	0,00%
Acionistas / Sócios	1.621.093,16	0,42%	1.621.093,16	0,41%
Total do Ativo Não Corrente	360.812.974,73	94,20%	369.569.292,64	92,53%
Ativo Corrente:				
Inventários	77.184,58	0,02%	75.024,58	0,02%
Clientes	4.219.058,62	1,10%	3.372.954,28	0,84%
Estado e outros entes públicos	308.322,11	0,08%	177.645,05	0,04%
Acionistas / Sócios	181.304,80	0,05%	181.304,80	0,05%
Outras contas a receber	16.244.154,19	4,24%	18.278.411,51	4,58%
Diferimentos	366.263,91	0,10%	3.902.867,74	0,98%
Caixa e depósito. bancários	813.838,92	0,21%	3.829.337,07	0,96%
Total do Ativo Corrente	22.210.127,13	5,80%	29.817.545,03	7,47%
TOTAL DO ACTIVO	383.023.101,86	100,00%	399.386.837,67	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um decréscimo no Capital Próprio, influenciado sobretudo pelos resultados negativos do ano passado ("resultados transitados") e do próprio ano.

No que diz respeito aos Capitais Permanentes, verifica-se uma redução para os 92%, sobretudo decorrente da diminuição do Capital Próprio, já referida no parágrafo anterior, e do valor de reembolso de capital que terá de ser desembolsada pela APRAM, S.A. ao Banco Europeu de Investimento, que passou de médio e longo para curto prazo (1.764.705,88 €).

No que respeita ao passivo corrente, os "Financiamentos obtidos", de curto prazo, apresentam um acréscimo significativo, pelo facto de já se ter esgotado o limite de crédito das contas correntes caucionadas (13.000.000,00 €) e de já refletirem o valor a reembolsar ao BEI de acordo com o parágrafo anterior.

Como já foi referido anteriormente, procedeu-se ao registo do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, no ano 2011, contemplado na rubrica

10 Análise Económica e Financeira

“Outros passivos financeiros”, valor este que veio contribuir também, significativamente para o aumento do passivo corrente.

Quadro 31 – Situação Financeira e Patrimonial (2)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS			
	2011	%	2010	%
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital realizado	24.715.775,00	6,45%	24.590.775,00	6,16%
Reservas	3.458.448,87	0,90%	3.458.448,87	0,87%
Excedentes de revalorização de ativos fixos	180.293.492,29	47,07%	180.293.492,29	45,14%
Outras variações no capital próprio	82.593.081,53	21,56%	84.416.860,13	21,14%
Resultados transitados	(92.510.729,65)	-24,15%	(74.246.503,31)	-18,59%
Resultado líquido do exercício	(21.206.822,62)	-5,54%	(17.504.213,60)	-4,38%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	177.343.245,42	46,30%	201.008.859,38	50,33%
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Financiamentos obtidos	174.235.294,12	45,49%	176.000.000,00	44,07%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	174.235.294,12	45,49%	176.000.000,00	44,07%
CAPITAIS PERMANENTES	351.578.539,54	91,79%	377.008.859,38	94,40%
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	842.593,81	0,22%	765.596,04	0,19%
Estado e outros entes públicos	199.785,42	0,05%	216.763,99	0,05%
Financiamentos obtidos	14.764.705,88	3,85%	8.315.000,00	2,08%
Outras contas a pagar	4.256.827,22	1,11%	6.447.425,87	1,61%
Outros passivos financeiros	11.380.649,99	2,97%	6.633.192,39	1,66%
Diferimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	31.444.562,32	8,21%	22.377.978,29	5,60%
TOTAL DO PASSIVO	205.679.856,44	53,70%	198.377.978,29	49,67%
TOTAL DO CAP. PRÓP. + PASSIVO	383.023.101,86	100,00%	399.386.837,67	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

10.7 Fundo de Maneio

O fundo de maneio este ano apresenta-se positivo (0,6 M€), sendo que as dívidas de clientes e os inventários são suficientes para fazer face às obrigações correntes (fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

10 Análise Económica e Financeira

Quadro 32 – Fundo de Maneio

Rubricas	Exercícios	
	2011	2010
Dívidas de clientes + Inventários (1)	4.296.243,20	3.447.978,86
Fornecedores (2)	3.706.214,55	5.596.549,04
Fundo de maneio (3) = (1) - (2)	590.028,65	(2.148.570,18)

Fonte: APRAM, S.A.

10.8 Rácios de Natureza Económica

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) obtido no exercício, os indicadores económicos da APRAM, S.A., mantêm-se desfavoráveis.

A rentabilidade das prestações de serviços decresceu, devido à variação negativa dos Resultados de Exploração da empresa.

A rentabilidade do Ativo e dos Capitais Próprios piorou, dado que os Resultados Líquidos foram mais negativos em 2011, comparativamente ao ano anterior.

Quadro 33 – Rácios de Natureza Económica

Rubricas	Exercícios	
	2011	2010
Vendas e prestações de serviços / Ponto crítico (1)	1,22	1,02
Rendibilidade das vendas (2)	-1,42	-1,26
Rendibilidade do ativo (ROI) (3)	-0,06	-0,04
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) (4)	-0,12	-0,09

Fonte: APRAM, S.A.

Notas: (1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)

(2) Resultados operacionais / Prestações de serviços

(3) Resultados líquidos / Ativo total líquido

(4) Resultados líquidos / Capitais próprios

10.9 Rácios de Natureza Financeira

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado mais negativo face ao ano anterior, decorrente, sobretudo, do aumento do resultado líquido

10 Análise Económica e Financeira

negativo e dos gastos correntes, com destaque para os gastos excecionais com as dragagens (que representaram, neste ano, cerca de 30% dos gastos de exploração, pelas razões invocadas) e do valor assumido na rubrica "Reduções de justo valor" (que atingiram os 23%). Deste modo, apesar do acréscimo dos rendimentos correntes, estes não foram suficientes para esbater a diferença.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi negativa, passando de 133% para 71%.

Quanto à Autonomia Financeira, à Solvabilidade e à Cobertura do Investimento, verifica-se uma ligeira redução, evidenciando deste modo o peso dos resultados mais negativos.

O prazo médio de cobrança para este exercício foi de 134 dias e o prazo médio de pagamento foi de 111 dias.

Quadro 34 – Rácios de Natureza Financeira

Rubricas	Exercícios	
	2011	2010
Liquidez Geral (1)	0,71	1,33
Autonomia Financeira (2)	0,46	0,50
Solvabilidade (3)	0,86	1,01
Cobertura do imobilizado/investimento (4)	0,98	1,02
Capacidade de endividamento (5)	2,02	2,14
Debt-to-equity (6)	1,07	0,92
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	134	113
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	111	120

Fonte: APRAM, S.A.

Notas: (1) Ativo corrente/Passivo corrente

(2) Capital próprio/Ativo total líquido

(3) Capital próprio/Passivo total

(4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos

(5) Capitais permanentes/Passivos não correntes

(6) Passivo financeiro/Capital próprio

(7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias)/(Vendas + Prestação de serviços)

(8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias)/(Fornecimentos e serviços externos + Compras)

10 Análise Económica e Financeira

10.10 Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 21.206.822,62 euros, propondo-se que este valor seja levado à conta de Resultados Transitados.

10.11 Situação Perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal

A APRAM, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Direção Geral dos Impostos, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

10.12 Perspetivas Futuras

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com o Programa de ajustamento económico financeiro para a Região Autónoma da Madeira e com o plano de investimentos, prevê-se a execução de investimentos em algumas obras, designadamente a ponte de cais do terminal norte do porto do Funchal, o novo cais de cruzeiros (obra interligada com a obra de contenção do aterro e regularização das ribeiras) e os edifícios do porto do Porto Santo.

Ao nível do financiamento, prevê-se que este possa ser efetuado através do recurso a contratos programa de investimentos com o Governo Regional, indemnizações compensatórias e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário equilíbrio económico e financeiro da empresa.

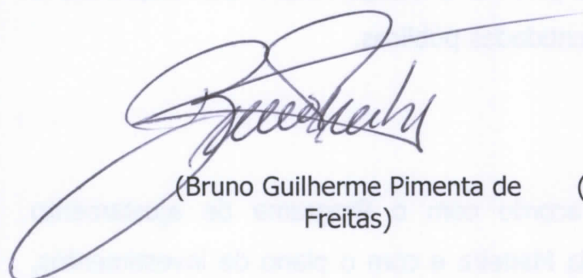
Até à contenção definitiva do depósito temporário de inertes implantado a nascente do cais da cidade do Funchal - decorrentes dos trabalhos ocorridos após o temporal de 20 de fevereiro de 2010, para limpeza da cidade e do desassoreamento das diversas ribeiras que desaguardam na baía do Funchal, há o risco de escorrência gradual desse material para a bacia portuária do Funchal, o que poderá determinar a realização de operações de dragagem no Porto do Funchal, por forma a assegurar a sua operacionalidade.

Funchal, 18 de Junho de 2012.

10 Análise Económica e Financeira

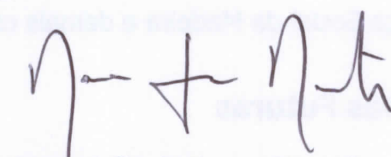
O Conselho de Administração Cessante:

O Presidente



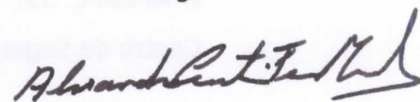
(Bruno Guilherme Pimenta de Freitas)

A Vogal



(Maria João de França Monte)

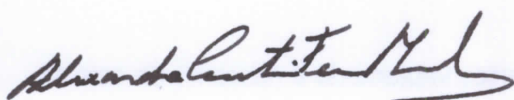
A Vogal



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)

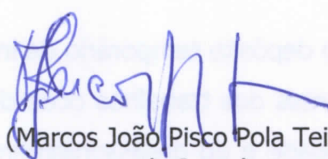
O Conselho de Administração:

A Presidente



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)

O Vogal



(Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus)

A Vogal – Não Executiva

(Maria da Paz Clode Figueira da Silva Freitas)

11 Demonstrações Financeiras e Anexos

11.1. Balanço Ativo

Quadro 35 – Balanço Ativo

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8 / 3.1. a)		
Terrenos e recursos naturais		2.280.144,21	2.280.144,21
Edifícios e outras construções		344.370.379,51	355.014.331,55
Equipamento básico		9.985.410,69	7.867.142,89
Equipamento de transporte		275.630,31	70.943,12
Equipamento administrativo		323.287,27	293.288,28
Equipamentos biológicos		-	-
Outros ativos fixos tangíveis		105.917,84	88.306,24
Ativos fixos tangíveis em curso		1.847.031,74	2.329.963,19
Adiantamentos por conta de investimentos		-	-
		359.187.801,57	367.944.119,48
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7		
Projetos de desenvolvimento		-	-
Programas de computador		-	-
Propriedade industrial		4.080,00	4.080,00
		4.080,00	4.080,00
Ativos biológicos		-	-
Investimentos financeiros			
Acionistas/sócios	15	1.621.093,16	1.621.093,16
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
		1.621.093,16	1.621.093,16
Total de ativo não corrente		360.812.974,73	369.569.292,64
ATIVO CORRENTE			
Inventários	9 / 3.1. b)		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		33.904,58	33.904,58
Mercadorias		43.280,00	41.120,00
		77.184,58	75.024,58
Cientes - conta corrente		3.251.027,32	3.301.206,40
Cientes – cobrança duvidosa	12	968.031,30	71.747,88
Estado e outros entes públicos	16	308.322,11	177.645,05
Acionistas/sócios	15	-	-
Outras operações (Subs., assoc. e empr. conj.)		181.304,80	181.304,80
		4.708.685,53	3.731.904,13
Outras contas a receber			
Pessoal			4.720,06
Outros devedores	13	16.244.154,19	18.273.691,45
		16.244.154,19	18.278.411,51
Diferimentos			
Gastos a reconhecer		366.263,91	3.902.867,74
		366.263,91	3.902.867,74
Caixa e depósitos bancários	5		
Depósitos bancários		812.201,30	3.827.469,55
Caixa		1.637,62	1.867,52
		813.838,92	3.829.337,07
Total de ativo corrente		22.210.127,13	29.817.545,03
TOTAL DO ACTIVO		383.023.101,86	399.386.837,67

AL


11 Demonstrações Financeiras e Anexos

11.2. Balanço Passivo

Quadro 36 – Balanço Passivo

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	4	24.715.775,00	24.590.775,00
Reservas:			
Reservas legais		-	-
Outras reservas		3.458.448,87	3.458.448,87
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		180.293.492,29	180.293.492,29
Outras variações no capital próprio	13 / 3.1. e)	82.593.081,53	84.416.860,13
Resultados transitados		(92.510.729,65)	(74.246.503,31)
Resultado líquido do período		(21.206.822,62)	(17.504.213,60)
Total de capital próprio atrib. aos accion. da empresa-mãe		177.343.245,42	201.008.859,38
Capital próprio atribuível aos Interesses minoritários		-	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		177.343.245,42	201.008.859,38
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	17	174.235.294,12	176.000.000,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
		174.235.294,12	176.000.000,00
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		174.235.294,12	176.000.000,00
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores, conta corrente		767.768,36	681.048,25
Fornecedores - faturas em receção e conferência		74.825,45	84.547,79
Estado e outros entes públicos	16	199.785,42	216.763,99
Financiamentos obtidos			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	17	14.764.705,88	8.315.000,00
Adiantamentos por conta de vendas		-	-
		15.807.085,11	9.297.360,03
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos		2.863.620,74	4.830.953,00
Credores por acréscimos de gastos		1.369.273,95	1.165.883,27
Outros credores		23.932,53	450.589,60
		4.256.827,22	6.447.425,87
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros	17	11.380.649,99	6.633.192,39
		11.380.649,99	6.633.192,39
Diferimentos			
Total do passivo corrente		31.444.562,32	22.377.978,29
TOTAL DO PASSIVO		205.679.856,44	198.377.978,29
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		383.023.101,86	399.386.837,67

11 Demonstrações Financeiras e Anexos

11.3. Demonstração de resultados por natureza

Quadro 37 – Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2011	31-12-2010
Vendas e serviços prestados			
Vendas			
Mercadorias		-	-
Produtos		-	-
Ativos biológicos		-	-
Prestações de serviços	11	11.470.938,73	10.867.896,39
		11.470.938,73	10.867.896,39
Subsídios à exploração		3.518.185,49	82.181,44
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias			
Matérias			
Ativos biológicos			
Fornecimentos e serviços externos	18 / 3.1. c)	(2.769.596,89)	(2.336.724,41)
Gastos com o pessoal			
Remunerações		(5.513.187,17)	(6.413.825,52)
Encargos sociais:			
Benefícios pós-emprego		(123.844,04)	(86.038,77)
Outros		(978.746,62)	(1.766.324,86)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(36.102,87)	27.438,03
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de ativos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		(4.747.457,60)	(2.083.003,10)
Outros rendimentos e ganhos	11	2.625.572,73	2.030.458,56
Outros gastos e perdas	10	(6.333.373,42)	(148.124,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos		(2.887.611,66)	173.933,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(13.353.470,54)	(13.881.751,77)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		(16.241.082,20)	(13.707.818,13)
Juros e rendimentos similares obtidos	11	32.445,25	46.134,46
Juros e gastos similares suportados	10	(4.986.050,00)	(3.838.450,77)
Resultado antes de impostos		(21.194.686,95)	(17.500.134,44)
Imposto sobre o rendimento do período		(12.135,67)	(4.079,16)
Resultado líquido do período		(21.206.822,62)	(17.504.213,60)

AY

Handwritten signatures and initials in blue ink.

11 Demonstrações Financeiras e Anexos

11.4. Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto

Quadro 38 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2011	31-12-2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		10.654.598,11	11.679.940,64
Pagamentos a fornecedores		(1.165.149,16)	(1.981.313,89)
Pagamentos ao pessoal		(7.046.651,89)	(8.361.719,91)
Caixa gerada pelas operações		2.442.797,06	1.336.906,84
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		13.909,40	5.785,96
Outros recebimentos / pagamentos		(310.776,89)	173.125,73
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.145.929,57	1.515.818,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6.564.484,89)	(7.852.595,99)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		1.632.434,26	4.790.219,02
Juros e rendimentos similares		66.020,14	22.251,88
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(4.866.030,49)	(3.040.125,09)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4.685.000,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		125.000,00	752.000,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			(345.000,00)
Juros e gastos similares		(5.105.397,16)	(3.869.386,11)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(295.397,16)	(3.462.386,11)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(3.015.498,08)	(4.986.692,67)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.829.337,07	8.816.029,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período		813.838,92	3.829.337,07



11 Demonstrações Financeiras e Anexos

11.5. Demonstração das alterações do capital próprio

Quadro 39 – Demonstração das Alterações do Capital Próprio

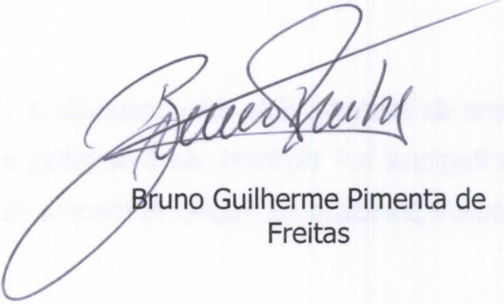
DESCRICÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL							TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		CAPITAL REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		
POSICÃO NO INÍCIO DO ANO 2011	(1)	24.590.775,00	3.458.448,87	(74.246.503,31)	180.293.492,29	84.416.860,13	(17.504.213,60)		201.008.859,38
ALTERAÇÕES NO ANO 2011									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(2)	125.000,00	0,00	(18.264.226,34)	0,00	(1.823.778,60)	17.504.213,60		(2.458.791,34)
		125.000,00	0,00	(18.264.226,34)	0,00	(1.823.778,60)	17.504.213,60		(2.458.791,34)
RESULTADO LÍQUIDO DO ANO 2011	(3)								
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2011									
Realizações de capital									0,00
Realizações de prémios de emissão									0,00
Distribuições									0,00
Entradas para cobertura de perdas									0,00
Outras operações	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	24.715.775,00	3.458.448,87	(92.510.729,65)	180.293.492,29	82.593.081,53	(21.206.822,62)		177.343.245,42

71

11 Demonstrações Financeiras e Anexos

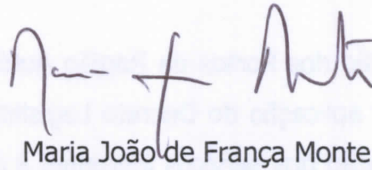
O Conselho de Administração Cessante:

O Presidente



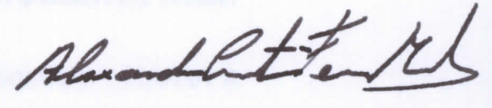
Bruno Guilherme Pimenta de
Freitas

A Vogal



Maria João de França Monte

A Vogal



Alexandra Cristina Ferreira
Mendonça

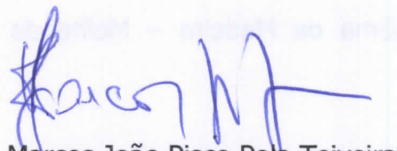
O Conselho de Administração:

A Presidente



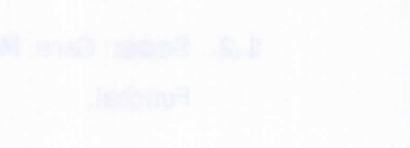
Alexandra Cristina Ferreira
Mendonça

O Vogal




Marcos João Pisco Póla Teixeira
de Jesus

A Vogal – Não Executiva



Maria da Paz Clode Figueira da
Silva Freitas

O Técnico Oficial de Contas:



Miguel Ângelo Gonçalves de Faria

12. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

NOTA INTRODUTÓRIA:

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., foi constituída a 1 de agosto de 1999, por aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, e tem por objeto a prestação dos serviços inerentes à atividade portuária na Região Autónoma da Madeira.

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.

1.2. Sede: Gare Marítima da Madeira – Molhe da Pontinha – Porto do Funchal, 9004-518 Funchal.

1.3. NIPC: 511 137 753

1.4. Natureza da Atividade: A APRAM, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e dedica-se à prestação de serviços inerentes à atividade portuária, bem como à gestão e fiscalização dos espaços dominiais sob a sua jurisdição, na Região Autónoma da Madeira.

1.5. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as consequentes adaptações em função da necessidade de relato financeiro da empresa.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15 652/2009, de 7 de setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1 011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 15 654/2009, de 7 de setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15 653/2009, de 7 de setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade: No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior: Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2010, incluídos nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2011, com exceção da alteração da política de amortizações do exercício, que passaram das taxas máximas para as mínimas a partir do presente ano.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis: Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. Os ativos fixos tangíveis, encontram-se contabilizados ao custo de aquisição, com exceção dos bens próprios e do domínio

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

público, que foram inventariados e avaliados em 1999, por avaliadores independentes e integrados nas contas da APRAM, S.A. no exercício de 2000. O efeito líquido das avaliações está reconhecido nos "Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis".

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo registadas por duodécimos, de forma a reintegrarem o valor dos bens durante a sua vida útil esperada.

A partir do ano 2011, passaram a ser utilizadas as taxas mínimas para todos os bens, previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro de 2009, independentemente de no ano 2007, já terem sido alteradas as taxas de amortização das infraestruturas marítimo-portuárias para a taxa mínima, em virtude de se ter considerado que a taxa utilizada (taxa máxima), não seria a que melhor evidenciava a durabilidade daquele tipo de infraestruturas, aplicando-se atualmente uma taxa de 2,5%, em vez da que estava a ser aplicada em anos anteriores, que era de 5%.

O efeito desta alteração implicou uma redução da amortização do exercício na ordem dos 898.017,50 €.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições de funcionamento/utilização, pelo que passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso ou nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela empresa.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas respetivas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Inventários: As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

c) Benefícios de empregados: As obrigações decorrentes dos benefícios de empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o seu pagamento.

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, do subsídio de férias de acordo com as reduções previstas na lei do orçamento de estado para 2012 e respetivos encargos a pagar são contabilizados nos gastos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de diferimentos, independentemente da data do respetivo pagamento. Em 2011, o valor global da responsabilidade reconhecida a pagar em 2012, foi de 401.546,16 Euros.

d) Rendimentos a reconhecer: Nesta rubrica foram contabilizados essencialmente serviços prestados em dezembro de 2011, no montante de 336.257,57 Euros, mas que só serão faturados em 2012.

e) Subsídios atribuídos para financiamento de investimentos: Os subsídios atribuídos à APRAM, S. A., a fundo perdido, para financiamento de investimentos, são registados como outras variações no capital próprio, na rubrica de subsídios, e reconhecidos anualmente na demonstração de resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

3.2. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras: Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro: As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa.

4. Capital Social

Pela aprovação da Resolução n.º 669/2008, de 26 de junho de 2008, foi subscrito pelo acionista único (Região Autónoma da Madeira), um aumento de capital no valor de 9.380.000,00 euros,

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

cuja realização seria de 6.566.000,00 euros até ao final de 2008 e de 2.814.000,00 euros até ao final de 2009.

Até final de 2008, a realização do capital foi de 4.814.000,00 euros.

Durante o ano 2009 não foi realizado nenhum montante para fazer face ao aumento do capital social.

No decurso do ano de 2010 foram realizados 752.000,00 euros.

No decurso do ano de 2011 foram corrigidos 125.000,00 euros, que tinham sido transferidos em 2010 e que estavam contabilizados como rendimentos extraordinários, visto que era entendimento da empresa que o montante recebido seria para pagar as indemnizações fixadas através de acórdão do Supremo Tribunal aos trabalhadores do Estaleiro Naval do Caniçal. No entanto, posteriormente, fomos notificados que o valor em causa seria para o aumento do capital social.

O capital social que consta da certidão de teor da Conservatória do Registo Comercial é de 28.404.775,00 € euros, representado por 5.680.995 ações, no valor nominal de 5 euros. Contudo, pela resolução n.º 1742/2011, de 30 de dezembro, do Conselho do Governo Regional da Madeira, foi estipulado a limitação do aumento de capital social, ao valor do capital já realizado, ou seja, 5.691.000,00 €, pelo que o valor do capital social inscrito nas contas da empresa é de 24.715.775,00 €.

O capital social, acima referido, foi subscrito na sua totalidade pela Região Autónoma da Madeira, sendo as ações detidas pelo Governo Regional da Madeira, representado atualmente pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes.

5. Fluxos de Caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos com base nos registos contabilísticos.

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

RUBRICAS	CONTA	VALOR
CAIXA		
Caixa	11100000	300,01
Fundo de maneo - Tesouraria	11800000	534,93
Fundo de maneo - Pilotos	11800001	466,30
Fundo de maneo - Porto Santo	11800002	-
Fundo de maneo - Aprovisionamento	11800003	256,10
Fundo de maneo - Porto do Caniçal	11800004	80,28
Total de caixa (1)		1.637,52
DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
Millennium BCP	12000001	317.216,10
Banco Internacional do Funchal	12000002	15.439,48
Banco Santander Totta	12000003	24.376,22
BPI, S. A.	12000004	91,70
Millennium BCP - MAC	12000005	73.760,03
Barclays Bank PLC - Dep. Ordem	12000006	234.007,71
Barclays Bank PLC - FC Porto do Funchal	12000007	91.268,92
Barclays Bank PLC - FP Porto Santo	12000008	56.041,14
Barclays Bank PLC - Bolsas de Formação	12000009	-
Total de depósitos bancários (2)		812.201,30
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS = (1) + (2)		813.838,92

6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros relativamente às contas aprovadas em SNC, referentes ao ano 2011.

7. Ativos Fixos Intangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Propriedade industrial e outros direitos	4.080,00				4.080,00
Total do ativo fixo intangível líquido	4.080,00	0,00	0,00	0,00	4.080,00

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

8. Ativos Fixos Tangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇ.	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	2.280.144,21				2.280.144,21
Edifícios e outras construções	502.008.257,29			1.796.640,08	503.804.897,37
Equipamento básico	25.296.342,32	12.297,35		2.866.563,99	28.175.203,66
Equipamento de transporte	360.765,79	29.987,62		207.569,32	598.322,73
Equipamento administrativo	2.346.747,28	11.167,96		104.756,03	2.462.671,27
Outros ativos fixos tangíveis	1.060.860,32	11.421,55		39.680,18	1.111.962,05
Ativos fixos tangíveis em curso	2.329.963,19	5.207.037,77		(5.689.969,22)	1.847.031,74
Adiantam. por conta de investimentos					
Ativo tangível bruto	535.683.080,40	5.271.912,25		(674.759,62)	540.280.233,03
Depreciac. acumul. do ativo fixo tangível	(167.738.960,92)	(13.353.470,54)			(181.092.431,46)
Perdas por impar. e reversões acumuladas					
Total do ativo fixo tangível líquido	367.944.119,48	(8.081.558,29)		(674.759,62)	359.187.801,57

9. Inventários

As mercadorias e os materiais de consumo, encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2011, os valores registados na contabilidade são os seguintes:

17
[Handwritten signature]

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATERIAIS DE CONSUMO
Saldo inicial	41.120,00	33.904,58
Compras	2.160,00	
Saldo Final	43.280,00	33.904,58

10. Custo dos Empréstimos Obtidos

10.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos: De um modo geral, os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem. Contudo, para o caso dos empréstimos obtidos associados a ativos fixos em curso (investimentos), os juros dos empréstimos são capitalizados, ou seja, são acrescidos ao custo do ativo, enquanto este se mantiver em curso. Assim que o ativo é transferido para ativo fixo, o custo dos empréstimos passam a ser reconhecidos como gasto do período.

10.2. Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período: No decorrer do exercício de 2011, a APRAM, S.A. suportou 4.986.027,23 € de encargos financeiros respeitantes a empréstimos obtidos. Neste exercício, não foram imputados quaisquer valores aos investimentos em curso.

10.3. Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização: A taxa de juro utilizada para o cálculo dos juros bancários, que estão a ser capitalizados está indexada à taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de um spread bancário.

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

RUBRICAS	31-12-2011	31-12-2010	VARIAÇÃO
<u>OUTROS GASTOS E PERDAS</u>			
Imposto de selo	81.565,86	37.234,31	119,06%
Imposto de circulação de veículos	1.315,64	664,94	97,86%
Resíduos sólidos	14.356,50	16.470,27	-12,83%
Esgotos	51,19	388,64	-86,83%
Imposto municipal de imóveis	4.490,33	63,56	6964,71%
Oferta/amostras de existências		37.227,00	
Serviços bancários	93.821,30	5.431,90	1627,23%
Livros de cheques	128,08	156,22	-18,01%
Correções de exercícios anteriores	31.417,09	24.549,78	27,97%
Diferenças de arredondamentos/preços	0,30	56,47	-99,47%
Outros não especificados	387,81	25.391,03	-98,47%
Indemnizações	18.054,93		
Gastos anormais/extraordinários	6.062.386,61		
Donativos		490,00	-100,00%
TOTAL DE OUTROS GASTOS E PERDAS	6.333.373,42	148.124,12	4175,72%
<u>JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS</u>			
Juros suportados de empréstimos bancários	4.986.027,23	3.838.449,64	29,90%
Juros de mora e compensatórios	22,77	0,24	9387,50%
Outros juros		0,89	-100,00%
TOTAL DE JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	4.986.050,00	3.838.450,77	29,90%

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

11. Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

RUBRICAS	31-12-2011	31-12-2010	VARIAÇÃO
<u>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</u>			
TUP Navio	1.159.327,05	913.609,31	26,90%
TUP Carga Geral	162.641,03	200.092,36	-18,72%
Armazenamento de contentores	189.411,66	143.748,51	31,77%
Diversos serviços	127.850,04	55.632,21	129,81%
Amarração / desamarração	678.829,08	588.394,32	15,37%
Serviço de reboques	599.577,29	487.799,19	22,91%
Serviço de lancha	12.649,01	6.370,94	98,54%
Serviço de pilotagem	993.310,54	925.022,29	7,38%
Serviço de báscula / pesagem	9.216,27	11.666,35	-21,00%
Fornecimento de mão-de-obra	115.964,09	171.234,35	-32,28%
Serviço de guindagem	2.217,70	1.419,00	56,29%
Fornecimento de água	113.245,06	114.014,11	-0,67%
Fornecimento de energia elétrica	163.409,47	168.227,43	-2,86%
Fornec. energia elétrica a contentores frigoríficos	1.623,68	30.174,54	-94,62%
Taxa de licença - lojas da Marina	187.777,46	172.917,00	8,59%
Estacionamento de navios	8.593,24	3.984,00	115,69%
Concessões e alugueres diversos	848.778,44	769.789,69	10,26%
Uso de edifícios e instalações da Marina	1.047,84	5.191,10	-79,81%
TUP granéis sólidos - terminais privativos		61.965,46	-100,00%
TUP granéis sólidos	403.043,67	434.162,34	-7,17%
TUP granéis líquidos - terminais privativos	245.052,00	216.997,63	12,93%
TUP granéis líquidos	8.229,13	53.795,28	-84,70%
TUP contentores	2.899.996,60	3.187.074,58	-9,01%
TUP veículos superiores a 12 toneladas	531.302,79	126.358,66	320,47%
TUP veículos inferiores a 12 toneladas	587.084,35	700.921,79	-16,24%
TUP outros	25,00	2.603,72	-99,04%
Tráfego de passageiros	1.379.075,92	1.295.096,19	6,48%
Fundeadoiro de navios	40.260,32	17.520,63	129,79%
Taxa de resíduos	1.400,00	2.113,41	-33,76%
TOTAL DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	11.470.938,73	10.867.896,39	5,55%
<u>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</u>			
Rendimentos de imóveis	22.252,44	22.251,87	0,00%
Indemnizações	87.165,10	46.064,60	89,22%
Correções relativas a exercícios anteriores	56.779,99	24.096,26	135,64%
Subsídios para investimentos	2.458.791,34	1.812.965,01	35,62%
Outros rendimentos e ganhos	583,86	125.080,82	-99,53%
TOTAL DOS OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.625.572,73	2.030.458,56	29,31%
<u>JUROS</u>			
Depósitos bancários	10.561,40	23.980,45	-55,96%
Outros juros	21.883,85	22.154,01	-1,22%
TOTAL DOS JUROS	32.445,25	46.134,46	-29,67%
TOTAL	14.128.956,71	12.944.489,41	9,15%

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

12. Provisões/Clientes de Cobrança Duvidosa

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	TRANSF.	SALDO FINAL
Clientes cobrança duvidosa	1.137.654,67	1.034.213,07	(101.826,78)	(5.430,48)	2.064.610,48
Provisões de clientes	(1.065.906,79)	(64.944,75)	28.841,88	5.430,48	(1.096.579,18)
Clientes cobrança duvidosa	71.747,88	969.268,32	(72.984,90)	0,00	968.031,30

13. Subsídios do Governo e Apoios Comunitários

13.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras: Os subsídios ao investimento a fundo perdido, para financiamento de investimentos em ativos fixos, são reconhecidos anualmente na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis que foram objeto de financiamento, e são registados na rubrica "Outras variações no capital próprio".

Os subsídios a fundo perdido também são reconhecidos de acordo com o valor a receber e contratado, face a cada projeto de investimento, ficando em balanço a evidência do montante total do projeto aprovado, na candidatura face ao respetivo programa de apoio (Fundo de Coesão, POVT, etc.).

Este ano o valor considerado no Balanço, na rubrica "Outros devedores" é de 16.224.154,19 €. Por força do reconhecimento em contas de balanço dos montantes contratados no que diz respeito aos subsídios ao investimento, no ano 2011 houve necessidade de corrigir a amortização anual (de acordo com as taxas de amortização dos bens afetos ao financiamento) dos valores imputados em anos anteriores, tendo o impacto negativo de 760.012,74 € sido registado em resultados transitados.

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

RUBRICAS	31-12-2011	31-12-2010	VARIAÇÃO
<u>OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</u>			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(80.299,17)	(80.299,17)	0,00%
Sub-total (1)	(80.299,17)	(80.299,17)	0,00%
Fundo de coesão do porto do Caniçal	37.875.551,24	38.137.638,75	-0,69%
Remate nascente da plataforma marítima	237.819,42	245.642,46	-3,18%
Molhe exterior da pontinha	954.181,00	989.659,36	-3,58%
Apoio náutico do Porto Santo	539.546,11	558.152,47	-3,33%
Ampliação do cais de Machico	392.803,28	411.508,16	-4,55%
Ampliação do cais da Calheta	428.065,70	442.826,54	-3,33%
Berço de estacionamento de navios	292.694,55	329.255,79	-11,10%
Estaleiro naval do porto de pesca	575.737,05	597.060,69	-3,57%
Forte de nossa senhora	36.401,96	41.602,28	-12,50%
Cais da Ribeira Brava	41.026,14	46.887,06	-12,50%
Sistema de guiamento de embarcações	141.035,06	145.898,30	-3,33%
Embarcações de madeira	253.139,97	261.868,89	-3,33%
Ampliação do cais do Paúl do Mar	1.930.530,17	1.988.824,85	-2,93%
Aquisição de rebocador polivalente	142.616,10	171.107,46	-16,65%
Ligação viária da avenida Sá Carneiro	171.711,16	190.790,20	-10,00%
Ampliação do cais do Porto Moniz	7.755.122,37	7.983.214,17	-2,86%
Fundo de coesão do porto do Funchal	13.998.857,17	14.737.811,90	-5,01%
POVT do porto do Porto Santo	16.906.542,25	17.217.409,97	-1,81%
Sub-total (2)	82.673.380,70	84.497.159,30	-2,16%
TOTAL DAS OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (1) + (2)	82.593.081,53	84.416.860,13	2,16%

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

13.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio de que diretamente se beneficiou: Para além dos subsídios anteriores (ao investimento), a APRAM, S.A. participa num conjunto de projetos transatlânticos, no âmbito do programa de cooperação transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC) - 2007-2013, onde constam alguns projetos participados pela Comunidade Europeia, designadamente:

- MACSIMAR
- GESPORT
- COSTA

14. Acontecimentos Após a Data do Balanço

Após a data do balanço, foi rececionada uma transferência bancária no valor de 181.304,80 € para pagamento de uma dívida da Vice Presidência do Governo Regional da Madeira, relativa à transferência dos Silos da EPAC para a Zona Franca da Madeira, que estava por saldar há alguns anos, estando evidenciada na rubrica do balanço, Acionistas/Sócios (Outras operações).

15. Acionistas/Sócios

O valor despendido pela APRAM, S.A. para a aquisição da parcela de terreno sita na Av. Sá Carneiro, designada por "Silos da EPAC" está registada na rubrica de "Outras contas a receber", pelo valor de 1.621.093,16 €, visto que a empresa tinha despendido esta verba nos termos do contrato promessa de compra e venda, existindo a expectativa de ser ressarcida do montante entretanto já despendido à conta de um ativo que foi cedido pelo acionista através da Resolução n.º 22/2011 do Conselho de Governo, reunido em plenário de 13 de janeiro de 2011, a título definitivo e gratuito à Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A..

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

16. Sector Público Estatal

RUBRICAS	31-12-2011	31-12-2010	VARIAÇÃO
<u>ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS</u>			
Pagamento especial por conta	100.539,66	105.133,48	-4,37%
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	5.920,35	8.281,23	-28,51%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	201.862,10	64.230,34	214,28%
Sub-total (1)	308.322,11	177.645,05	73,56%
Estimativa de imposto (IRC)	(12.135,67)	(4.079,16)	197,50%
Retenções de impostos sobre rendimentos (IRS)	(79.466,81)	(96.633,34)	-17,76%
Contribuições para a segurança social e outros sistemas complementares	(106.598,82)	(115.622,29)	-7,80%
Sindicatos e outras retenções	(1.584,12)	(429,20)	269,09%
Sub-total (2)	(199.785,42)	(216.763,99)	-7,83%
TOTAL DOS ENCARGOS COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (1) + (2)	108.536,69	(39.118,94)	377,45%

17. Instrumentos Financeiros Passivos

Os instrumentos financeiros que a empresa tem ao seu dispor, são os seguintes:

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

DESCRIÇÃO	31-12-2011	31-12-2010	VARIAÇÃO
<u>FINANCIAMENTOS OBTIDOS MLP</u>			
Banco Europeu de Investimento	38.235.294,12	40.000.000,00	-4,41%
Barclays Bank, PLC	58.000.000,00	58.000.000,00	
Déxia Sabadell, S. A.	78.000.000,00	78.000.000,00	
Total dos financiamentos MLP	174.235.294,12	176.000.000,00	-1,00%
<u>FINANCIAMENTOS OBTIDOS CP</u>			
Barclays Bank, PLC - Conta Corrente Caucionada	13.000.000,00	8.315.000,00	56,34%
Banco Europeu de Investimento	1.764.705,88		
Total dos financiamentos CP	14.764.705,88	8.315.000,00	77,57%
<u>PASSIVOS FINANC. DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</u>			
Outros passivos financeiros:			
Swap de taxa juro – Societe Generale 63 ME	6.016.522,54	3.524.718,11	70,70%
Swap de taxa juro – Societe Generale 30 ME	2.813.837,00	1.658.644,00	69,65%
Swap de taxa juro – Royal Bank Scotland 28 ME	2.550.290,45	1.449.830,28	75,90%
Total dos passivos financeiros	11.380.649,99	6.633.192,39	71,57%
TOTAL	200.380.649,99	190.948.192,39	4,94%

No que se refere à rubrica "Outros passivos financeiros", os valores apresentados nas demonstrações financeiras correspondem ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que foram negociadas pela APRAM, S.A., com o aval da Região Autónoma da

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

Madeira e, que à luz do novo normativo (SNC), corresponde na prática ao valor que a empresa teria de suportar para fechar a operação junto das entidades credoras.

Saliente-se que este valor oscila diariamente, na medida em que as taxas de juro do mercado são ajustadas, podendo atingir valores de cotação bastante positivos ou bastante negativos, consoante a conjuntura e comportamento dos mercados internacionais.

18. Benefícios de Empregados

Durante o ano 2011, a APRAM, S.A. tinha ao seu serviço 170 pessoas. Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

RUBRICAS	31-12-2011	31-12-2010	VARIAÇÃO
<u>GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS</u>			
Remunerações dos órgãos sociais	186.060,17	200.147,43	-7,04%
Encargos com as remunerações	21.577,43	44.386,54	-51,39%
Total dos gastos com os órgãos sociais	207.637,60	244.533,97	-15,09%
<u>GASTOS COM O PESSOAL</u>			
Remunerações do pessoal	5.307.428,76	5.982.939,31	-11,29%
Outros gastos com o pessoal	161.330,81	437.547,11	-63,13%
Encargos com as remunerações	729.536,17	832.727,67	-12,39%
	6.198.295,74	7.253.214,09	-14,54%
<u>GASTOS COM O ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL</u>			
Remunerações do pessoal	143.542,28	316.777,55	-54,69%
Indemnizações por rescisão - mútuo acordo	24.185,66	384.204,20	-93,70%
Outros gastos com o pessoal	6.287,25	12.659,32	-50,34%
Encargos com as remunerações	35.829,30	54.800,02	-34,62%
Total dos gastos com o estaleiro naval do Caniçal	209.844,49	768.441,09	-72,69%
TOTAL DOS BENEFÍCIOS COM EMPREGADOS	6.615.777,83	8.266.189,15	-19,97%

[Handwritten signature and initials]

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2011

A rubrica "Outros gastos com o pessoal" inclui gastos com a medicina do trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

A partir de Janeiro de 2010, com a entrada em vigor da Resolução n.º 544/2009 de 07 de Maio, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 622/2009, de 5 de Junho, ambas do Conselho de Governo, a APRAM, S.A. ficou incumbida da gestão do Estaleiro Naval do Caniçal. O gasto de pessoal com o Estaleiro Naval do Caniçal no ano de 2010 foi de 768.441,09 €, e no ano de 2011, foi de 209.844.49 €, valores que vieram onerar os gastos totais com empregados da empresa.

19. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

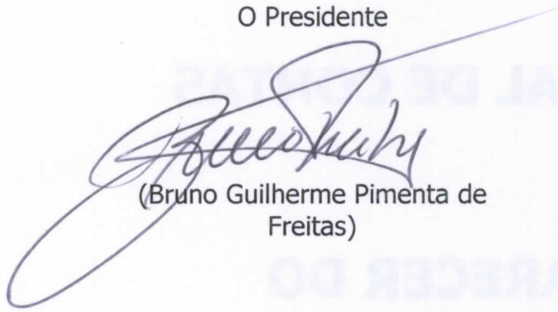
O presente relatório contém os elementos que caracterizam a situação económica e financeira da APRAM e demais informações a que se refere o artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de agosto.

20. Outras Informações

Estão em curso dez processos judiciais (incluem processos referentes ao Estaleiro Naval do Caniçal), em que são pedidas responsabilidades cíveis à APRAM, S. A., não tendo sido constituídas provisões para os processos judiciais em curso por se considerar improvável a condenação da empresa.

O Conselho de Administração Cessante:

O Presidente



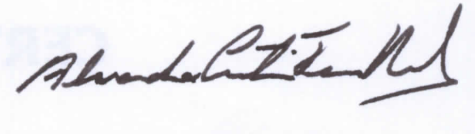
(Bruno Guilherme Pimenta de Freitas)

A Vogal



(Maria João de França Monte)

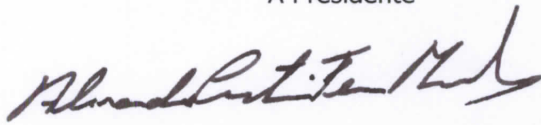
A Vogal



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)

O Conselho de Administração:

A Presidente



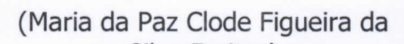
(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)

O Vogal



(Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus)

A Vogal – Não Executiva



(Maria da Paz Clode Figueira da Silva Freitas)

O Técnico Oficial de Contas:



(Miguel Ângelo Gonçalves de Faria)

Exm.^a Senhora

Presidente do Conselho de Administração
da APRAM - Administração dos Portos da
Região Autónoma da Madeira, S.A.

Relatório e Contas 2011 da Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Serve o presente para comunicar a V. Exa, que, dada a minha cessação de funções de Vogal não executiva do Conselho de Administração da APRAM em 23-12-2011, considero não ser necessário nem oportuno a minha intervenção no Relatório e Contas dessa Sociedade relativas ao ano de 2011.

Uma vez que apenas permaneci como membro não executivo desse conselho de administração pelo período aproximado de 1 mês (a nomeação ocorreu a 21-11-2011), durante os quais não cheguei a tomar parte em nenhuma reunião, também não disponho de conhecimentos que justifiquem a participação no referido relatório e contas.

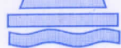
Agradeço antecipadamente a vossa compreensão e na perspectiva de poder colaborar convosco em outras ocasiões.

Os melhores cumprimentos,

(Maria da Paz Clode Figueira da Silva Freitas)

Funchal, 19 de julho de 2012

APRAM-Administração dos Portos da
Região Autónoma da Madeira, S.A.
ENTRADAS
RQ 3693 2012/07/20 15.03.0001



M
/

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
E
RELATÓRIO E PARECER DO
FISCAL ÚNICO



Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Alexandre Coelho
Luís Manuel da Silva Rosa

Rua Filipe Folque, 46 - 2º
1050-114 Lisboa
Telefones: 213 552 980
213 530 665
Fax: 213 533 933
Email: lscrr@oninet.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **APRAM – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A. (APRAM, S.A.)** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 383.023.102 Euros e um total de capital próprio de 177.343.245 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21.206.823 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 11 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Em anos anteriores a Empresa efectuou adiantamentos por conta da aquisição das antigas instalações da EPAC, no montante de 1.621.093 euros, apresentado no Activo na rubrica Accionistas / Sócios. Tendo em atenção que o local objecto do Contrato de Promessa de Compra e Venda foi utilizado na construção de uma rede viária, não dispomos de confirmação do accionista de que a Empresa será ressarcida do montante e em que termos.
8. Estão mostrados em Contas a receber, subsídios relativos às obras do Porto do Caniçal, no montante de 7.256.308 euros, não tendo sido recebido qualquer verba durante o exercício de 2011, porque existe uma disputa sobre a data de elegibilidade das despesas de investimentos. Deste modo desconhecemos se este montante será integralmente recebido ou não.

9. Não dispomos de informação de modo a comprovar se existem eventuais impactos financeiros actuais ou futuros, relativos à infraestrutura construída, em frente à antiga sede da **APRAM**, em terrenos afectos ao seu património.
10. Tendo recebido 2 cartas dos advogados da Empresa, estas explicitam a existência de processos intentados contra a **APRAM**, de montantes significativos, sobre os quais a Administração da Empresa considera que não assiste qualquer razão aos proponentes, conforme divulgado na Nota 20 do Anexo às contas. Não foi constituída qualquer provisão para fazer face a eventuais encargos com estes processos, desconhecemos se existirão impactos financeiros futuros decorrentes dos processos em causa.
11. O saldo do Cliente CLCM – Companhia Logística de combustíveis da Madeira, SA, no montante de 1.045.660 euros, inclui dívidas desde 2007, para o qual não foi constituída qualquer perda por imparidade. Não dispomos de informação suficiente para determinar o montante de eventuais perdas por imparidade.

OPINIÃO

12. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 11, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **APRAM – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

13. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

14. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para os seguintes factos:

14.1 A **APRAM** continua a gerar prejuízos significativos cuja tendência de alteração a curto prazo não é previsível, a não ser que surjam negócios lucrativos enquadrados na actividade definida no contrato de sociedade.

Constata-se que os proveitos gerados são insuficientes face aos custos operacionais, nos quais as amortizações têm um impacto determinante. A manter-se esta situação, a prazo, pode-se colocar em causa o princípio da continuidade das operações, porque os capitais próprios vão sendo progressivamente absorvidos pelos prejuízos, bem como a aplicação do actual artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, relativo à Perda de metade do capital.

De igual modo, o cumprimento de compromissos futuros de pagamento de juros e reembolso de empréstimos, está pendente do apoio do accionista.

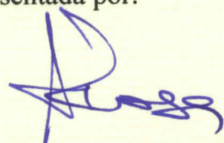
14.2 Conforme divulgado na nota anexa às contas, 3.1, as depreciações em 2011 foram calculadas utilizando as taxas mínimas do Decreto-Regulamentar nº 25/2009, sendo o efeito em comparação com o ano transacto, de uma redução da depreciação em cerca de 898.017 euros.

14.3 Conforme referido na nota 4 do Anexo às contas, não se irá concretizar parte da subscrição relativa ao aumento de capital, no montante de 3.689.000 euros, que deveria ter sido realizada até final do ano de 2009, pelo que o Capital Social efectivo é de 24.715.775 euros.

Funchal, 19 de Junho de 2012

O.LIMA, N.SILVA, F.COLAÇO, A.COELHO E L.ROSA, SROC, LDA.

Representada por:



Luís Manuel da Silva Rosa



Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Alexandre Coelho
Luís Manuel da Silva Rosa

Rua Filipe Folque, 46 - 2º
1050-114 Lisboa
Telefones: 213 552 980
213 530 665
Fax: 213 533 933
Email: lscrcr@oninet.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. A fim de dar cumprimento ao estipulado nos estatutos da **APRAM - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A. (APRAM, S.A.)** publicado no Diário da República, I – Série A – nº 151 de 1 de Julho de 1999 – Região Autónoma da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 19/99/M, vem o Fiscal Único, nos termos do Artigo 16º dos referidos estatutos e das disposições legais aplicáveis, apresentar o seu relatório e parecer sobre as Contas e o relatório de Gestão do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. Durante o período em análise, acompanhámos com regularidade os negócios e a gestão da **APRAM, S.A.** verificando a regularidade dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação. Verificámos o cumprimento da lei e dos estatutos, inteiramo-nos dos actos do Conselho de Administração através de reuniões regulares e de consulta das actas relevantes de reuniões, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, o que agradecemos.
3. Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos. O Relatório de Gestão descreve com adequado detalhe as actividades desenvolvidas, a situação económica e financeira e perspectivas futuras.
4. Como nos competia, e na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas e do Relatório Anual.

5. Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **APRAM, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam da Nota 3 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Nestes termos o Fiscal Único é de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa da **APRAM, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e os correspondentes Anexos.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

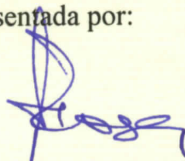
Finalmente, desejamos agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da **APRAM, S.A.** com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Funchal, 19 de Junho de 2012

O FISCAL ÚNICO

O.LIMA, N.SILVA, F.COLAÇO, A.COELHO E L.ROSA, SROC, LDA.

Representada por:



Luís Manuel da Silva Rosa